

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**PERIODIZAÇÃO DAS EMANCIPAÇÕES
MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL 1945-1995**

JAN CARLOS DA SILVA

CPRE: 911319706

ORIENTADORA PROF^a LIA OSÓRIO MACHADO

**MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL
EM GEOGRAFIA**

**RIO DE JANEIRO
SETEMBRO - 1995**

FICHA CATALOGRÁFICA

DA SILVA, JAN CARLOS

Periodização das Emancipações municipais na Amazônia Legal (1945-1995)

Rio de Janeiro, 1995

72p. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995/UFRJ

Dissertação de Monografia para Obtenção do Título de Bacharel em Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PERIODIZAÇÃO DAS EMANCIPAÇÕES MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL
(1945-1995)

JAN CARLOS DA SILVA

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

ORIENTADORA: PROFa. Dra. LIA OSÓRIO MACHADO

APROVADA POR:

PROF(A). _____

PROF(A). _____

PROF(A). _____

RIO DE JANEIRO
SETEMBRO/1995

AGRADECIMENTOS

A Professora Lia Osório Machado, minha orientadora, e coordenadora do grupo de pesquisa a "Geopolítica do Governo Local"(desenvolvido no Instituto de Geociências da UFRJ), que em todos momentos da pesquisa me deu liberdade para pensar, porém sempre me indicando os caminhos e encontrando soluções.

A todos do grupo de pesquisa "Geopolítica do Governo Local": Flavia, Rebeca, Paula, Eduardo e Bernardo. Também a João Machado, que apesar de não participar do grupo de pesquisa ajudou muitas vezes, na resolução de problemas com a digitação do trabalho e organização das tabelas e quadros.

A Professora Mariana Miranda pela troca de informações referente aos novos municípios da Amazônia Legal.

Aos meus amigos de graduação, Robson Marques, Silvana Tavares, Daniela Barbosa, Maria de Fátima e Manoel do Couto.

A minha família em especial: minha mãe Maria Eugênia minhas irmãs Cláudia e Clarice, e ao meu pai (em memória), por ter despertado em mim o interesse pelo saber; pela Política; pela Geografia; pela História, e sobre tudo a necessidade de nos conhecermos melhor como cidadãos, e resolvermos melhor os problemas deste grande país que é o Brasil.

A todos que de uma forma ou de outra me ajudaram na realização deste trabalho de monografia.

Tempos de Guerra
Tempos de Espera
Lutas e Revoluções
Que nessa Terra Dure e Perdure
Toda a nossa Vontade
(LOBÃO)

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	02
II - O MUNICÍPIO NO BRASIL	05
1 - A Evolução Municipal até 1945	05
2 - O Município após a Constituição Federal de 1946	09
2.1 - O Município no Período 1946-1964/67	11
3 - A Centralização e Diminuição do Poder Central	14
4 - Constituição Federal de 1988 e o novo Papel Municipal	16
III - AMAZÔNIA LEGAL (1945-1995): URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	19
1 - Amazônia Brasileira em 1945	19
2 - A Criação de Municípios na Amazônia Legal: A Urbanização como Fator de Desenvolvimento Municipal (1945-1995) ?	23
2.1 - Da Estagnação ao início da Integração Econômica (1946-1964/67)	27
2.2 - Urbanização e Criação de Novos Municípios (1967-1988)	38
2.2.1 - Desenvolvimento Urbano X Estrangulamento Municipal (1967-1980)	42
2.2.2 - Abertura Política e Criação de Novos Municípios como Reconhecimento da Urbanização (1980-1988)	44
2.3 - O <i>BOOM</i> Municipal pós 1988	48
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
V - BIBLIOGRAFIA	53
VI - ANEXO	59

I - INTRODUÇÃO

O início da história municipal data do Império Romano. No Brasil, já no período colonial se falava de Câmaras municipais, tendo o município ao longo da história do Império e da República maior ou menor importância conforme os interesses do governo central. Estas mudanças na política municipal refletiram diretamente na organização política do espaço nacional e no controle do território.

O município pode ser definido como “unidade geográfica divisionária do estado, dotada de governo próprio para a administração descentralizada de serviços estaduais e para o trato de interesses locais”(TRIGUEIRO, FERREIRA, 1989. P.204). Essa autonomia política dos municípios aumenta ou decresce de acordo com o grau de desenvolvimento democrático dos países.

Para Pinto Ferreira, a importância dos municípios “é tão decisiva que os Marxistas reputam a comuna primitiva como a base da evolução social, através da qual se processou o desenvolvimento da humanidade, mediante as fases dos impérios escravistas da Antigüidade, do Feudalismo, do capitalismo e do socialismo”(FERREIRA, 1989. p. 191).

Em países de maiores tradições democráticas, como exemplo: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França, a menor unidade de governo local pode ser considerada a base para o desenvolvimento democrático. Nos Estados Unidos, país que possui extensão territorial pouco maior que a do Brasil, é o COUNTY (condado) que, se assemelha mais aos municípios brasileiros; ao todo são cerca de 3.100, porém há outras subdivisões como PARISHES (paróquias), TOWN (pequena cidade rural), TOWNSHIP, CITIES e SPECIAL DISTRICTS, sendo ao todo mais de 91.000 unidades de governo local, funcionando com autonomia, apesar de muitas vezes estarem sobrepostas aos condados. No caso da Inglaterra as unidades de Governo local são mais de 16.000, na Alemanha mais de 25.000, e na França mais de 35.000, apesar da limitada extensão territorial que esses países possuem (Mello, 1971).

No Brasil, no final do Governo de Getúlio Vargas em 1945, existiam 1.669 municípios, tendo este número subido para 4.932 em 1993, quando os municípios criados depois de 1989 foram instalados. Na Amazônia Legal o número de municípios subiu de 171 para 632 de 1945 para 1995.

Esse baixo número de unidades municipais no Brasil, revelam políticas centralizadoras por parte dos Governos Federal e Estaduais, porém a baixa densidade populacional também pode ser um fator para que estados ainda possuam áreas pouco divididas por municípios.

Segundo Brasileiro(1973), a evolução do município no Brasil como instituição governamental esteve condicionada por fatores econômicos, políticos e sociais, mais ou menos espontâneos, na formação da comunidade local e também pelas variações na estrutura de poder dominante. Para Becker (1983), a infra-estrutura econômica regulada pelo jogo político define a criação de novos territórios. São vários os motivos que podem levar um determinado território a pedir a sua autonomia local (econômicos, políticos, entre outros), porém no entender de Tavares (1992), a criação de município pode se tornar instrumento político de organização e dominação.

O município, a menor unidade de Governo local no Brasil, é um tema não muito estudado por Geógrafos, no que tange ao papel que este ente político e/ou administrativo possui na formação do espaço geográfico e controle do território.

O motivo de se adotar como patamar inicial da pesquisa o ano de 1945 é que vários autores nacionais tem mostrado como o final do governo ditatorial de Getúlio Vargas coincide com o período de crescimento da economia mundial no pós-guerra, intensificando o processo de urbanização no Brasil, acompanhado pela aceleração da industrialização, pela expansão do mercado interno e pela expansão da rede rodoviária de integração nacional, a partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960).

O objetivo principal da monografia é a descrição do processo de municipalização na Amazônia Legal, no período 1945-1995, buscando-se contextualizar esse processo de acordo com as mudanças na política de municipalização a nível nacional.

A Amazônia Legal (área delimitada, em 1953 para fins de planejamento regional- ligada à SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - é integrada pelos atuais estados do Acre, Amapá, Maranhão (até o meridiano 44° W), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Até o final da década de 1960 era esparsamente povoada existindo um pequeno número de municípios aí instalados, sendo muitos deles caracterizados por um tamanho territorial que ultrapassava até alguns países europeus (como era o caso de Altamira no Pará, com 282.070 Km², uma extensão territorial maior que a área somada da Bélgica, Dinamarca, Holanda, Portugal e Suíça). Essa situação, começa a ser modificada no início da década de 1960 e, principalmente, depois de 1980.

Em síntese, esse trabalho de monografia tem o propósito de responder algumas perguntas de maneira breve:

1. Como se desenvolveu o processo de criação de municípios no Brasil, desde 1945 até 1995 ?
2. Como o processo de criação de municípios se deu na Amazônia brasileira inserida no contexto nacional ? Como a urbanização influenciou na criação de novos municípios na região?

II - O MUNICÍPIO NO BRASIL

1. A EVOLUÇÃO MUNICIPAL NO BRASIL ATÉ 1945

A história municipal brasileira até 1945, caracteriza-se, a grosso modo, por períodos de expansão e retração que estão ligados intimamente ao nível de centralização exercido pelo Governo Central. (Quadro 1)

Segundo Meireles (1985), no período colonial, a expansão municipalista foi restringida pela idéia centralizadora das capitanias, afogando aspirações autônomas dos povoados que se fundavam (MEIRELES, 1985). Dória (1992), vai mais longe, ao afirmar que, neste período, os velhos órgãos municipais tendem a transformar-se em instrumentos de controle da população local, levando a Coroa a criação de vilas pelo Governo Geral. Os objetivos, no caso da Amazônia, eram centralizar a autoridade, associada à criação de novas unidades administrativas. Isso revela uma forma de controle (presença de autoridades) e expansão (sítios estratégicos) do território, que foi feito pelo Governo central através dos Governos locais. Era uma forma onde as instituições municipais estavam politicamente centralizadas, porém geograficamente dispersas (BRASILEIRO, 1973 / MACHADO 1989).

Pela Constituição do Império de 1824 foram instituídas Câmaras municipais em todas as cidades e vilas existentes “e, nas mais que para o futuro se criarem”(MEIRELES, 1985). Porém as pretensões centralizadoras fizeram que, em 1837, na Regência dos Liberais, se iniciava uma trajetória conservadora da política municipalista, que se estende até ao Estado Novo, no séculoXX.

“A luta contra a centralização atravessou todo o Império, refletindo-se na articulação dos republicanos, na década de 1870. O municipalismo e o federalismo confundiam-se” (DÓRIA, 1992. p. 33). No entanto, a primeira Constituição republicana de 1891, não instaurava plenamente a autonomia municipal no Brasil. Isso apesar do Art. 68 determinar que os estados se organizassem “de forma a assegurar a autonomia dos municípios em tudo quanto respeitasse ao seu peculiar interesse”.

Segundo Pinto Ferreira, a Constituição de 1891 ainda deixava uma abertura em relação aos municípios. Sendo assim: “Durante os 40 anos que vigorou a Constituição de 1891, não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a incultura do povo transformaram os municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos “seus” distritos de influência, como se o município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder” (MEIRELES, 1985. p.7). É deste período a famosa designação que alguns municípios tinham de *CURRAL ELEITORAL*, o que significava pertencer a um determinado político, onde em todas as eleições, somente os seus candidato eram eleitos.

Com a Revolução de 1930 e, “Getúlio Vargas no poder, e a sua resistência em partilhá-lo com outros grupos institucionais, volta o Brasil a ter um sistema centralizado de poder, todos os poderes legislativos, incluindo os municipais, foram dissolvidos. Os Governadores eram nomeados pelo Presidente e os Prefeitos pelos Governadores”(BRASILEIRO, 1973. p. 7).

Em 1934, com a 2ª Constituição Republicana, houve maior defesa dos interesses municipais do que na Carta de 1891, porém a Constituição de 1934 durou apenas 3 anos, tendo sido substituída em 1937 por uma Constituição imposta pelo regime ditatorial de Getúlio Vargas. Na Constituição de 1937, a autonomia municipal foi eliminada, os Prefeitos eram nomeados pelo Governador de estado que era nomeado, por sua vez, pelo Presidente da República. Segundo Meireles, “àquele tempo os interesses municipais foram substituídos pelo interesse individual do Prefeito em manter-se no cargo à custa de subserviência à interventorias” (MEIRELES, 1985. P. 9).

Em 1936 foi instalado o IBGE, criado em 1934, como Conselho Nacional de Estatística e Conselho Nacional de Geografia, depois Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nesse momento, o município aparecia nos discursos oficiais como núcleo fundamental da vida do país. Esta política de valorização do município se dava apenas no sentido de racionalizar a administração pública (TAVARES, 1992).

Em 1945 haviam 1.669 municípios instalados, tendo uma área média de 4.500 Km². Os municípios tinham apenas caráter administrativo. Os movimentos de democratização, no entanto, viriam a influir na abertura para o movimento municipalista revigorado na Constituição de 1946.

Quadro 1
AUTONOMIA MUNICIPAL E O SISTEMA NACIONAL

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DO SISTEMA NACIONAL	O MUNICÍPIO
Colonial 1500-1822	economia de exportação centralização política centros urbanos como entreposto	instituição trazida de Portugal nenhuma autonomia política ineficiente como unidade de governo
Império 1822-1889	economia de exportação centralização política- estado unitário falta de representatividade dos partidos políticos domínio da oligarquia rural	quase nenhuma autonomia (Constituição de 1824) câmara municipal eleita - porém subordinada aos presidentes das províncias
República 1. fase velha 1889-1930	federalismo separação de poderes economia de exportação oligarquia rural aumento da urbanização	autonomia municipal como princípio constitucional autonomia definida de forma vaga poucos recursos financeiros prefeitos nomeados em 12 dos 20 estados
2. fase Revolução de 1930 - 1930-1934	Vargas ditador industrialização incipiente urbanização se acelera reação constitucionalista 1932	extinção do poder legislativo interventor nomeado
3. fase Período Constitucional 1934-1937	constituição de 1934 idéias liberais industrialização e urbanização em processo	Constituição de 34 favorável aos municípios eleição de Prefeitos e Câmaras reserva de competência tributária aos municípios organização livre dos seus serviços e recursos
4. fase Estado novo 1937-1945	industrialização se acelera centralização política - Estado unitário	ausência de autonomia mantida a competência tributária do município interventores
5. fase Período Constitucional 1945- 1964/67	fim da II Guerra fim do Estado novo redemocratização liberalismo político crescimento econômico: política de substituição de importações indústria pesada	constituição de 1946 - municipalista fortalecimento da instituição municipal criação do Fundo de Participação dos municípios liberdade de alocação de recursos restrição à intervenção estadual eleição para prefeito criação de municípios a cargo dos estados
6. fase Golpe de 64 1964/67- 1985/88	Golpe militar - ascensão das Forças Armadas ao poder hegemonia do Poder Executivo ideologia: desenvolvimento, moralização e segurança nacional políticas da integração nacional	limitação da autonomia municipal maior dependência financeira diminuição no fundo de participação aumento dos casos de intervenção alocação de recursos municipais segundo diretrizes do Governo central nomeação de prefeitos em alguns casos criação dos municípios com base em lei Federal
7. fase atual Constituição de 1988	1985 - presidente civil 1989 - eleição para presidente redemocratização	constituição de 1988 - municipalista fortalecimento da instituição municipal aumento no fundo de participação eleição para prefeito em todas municipalidades criação de municípios a cargo dos estados

Fonte: Ana Maria Brasileiro, 1973.

2 - O MUNICÍPIO APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946

A Constituição Federal de 1946 deixava claro no Art. 28 sua preocupação com o municipalismo. Esta Constituição foi a mais municipalista de todas as precedentes, resultante de intensa pregação e campanha a favor dos municípios, fora e dentro da Assembléia Constituinte. Algumas teses municipalistas defendidas desde a Constituição de 1891, foram então institucionalizadas.

Pelo Art. 28 ficava assegurada a autonomia política, administrativa e financeira: pela eleição do Prefeito e dos Vereadores, podendo, porém, serem nomeados pelos Governadores dos estados ou territórios os Prefeitos das capitais, bem como os dos municípios onde houvesse estâncias hidrominerais, naturais, quando beneficiadas pelos estados ou pela União, ou aqueles declarados de segurança nacional. Quanto a criação de municípios, seria definido, por cada estado, de acordo com os interesses regionais e locais (Quadro 2).

As Constituições estaduais, com exceção do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo, permitiam que ocorressem desmembramentos municipais, simplesmente pela vontade dos estados membros, de acordo com a legislação previamente votadas independentemente da aquiescência das Câmaras municipais.

“A Constituição de 1946 tem sido considerada como um marco, porque através de várias disposições fixa o caráter peculiar da instituição de governo local, concedendo autonomia política e financeira aos municípios” (LIMA, 1986. p.44 e 45). Sabe-se que a Constituição por si só não asseguraria o desenvolvimento municipal. Além de não haver tradição democrática, tendo ocorrido uma mudança de um regime ditatorial para um regime onde havia espaço para as idéias liberais, os esquemas de CURRAIS ELEITORAIS ainda existiam com muita força, principalmente no interior. Muitas municipalidades não possuíam recursos para gerir suas finanças dependendo dos repasses Federais, havendo também em alguns estados surtos de desmembramento municipais por conta deste repasses do Fundo de Participação dos municípios.

A Constituição de 1946 viria a ser mudada com o Golpe militar de 1967, quando as mudanças em relação a política municipal viriam a diminuir a autonomia municipal.

Quadro 2:
REQUISITOS MÍNIMOS PARA A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
PÓS 1947

ESTADO	LEI *	POPULAÇÃO MÍNIMA	POPULAÇÃO NA SEDE	MORADIAS NA SEDE	RENDA ANUAL	OUTRAS
AMAZONAS	LE	10000	-	-	100.000	condições favoráveis de desenvolvimento
GOLÁS ** ***	LE/CON	5000	-	100	40.000	condições de desenvolvimento área da sede - salubre ou de fácil saneamento não implique perda para o município de origem
MARANHÃO	LE/CON	10000	-	-	50.000	prédios para a instalação municipal área mínima de 100ha
MATO GROSSO	LE/CON	6000	600	200	70.000	delimitação dos quadros urbanos e suburbanos prédios apropriados para instalação da municipalidade
PARÁ	LE	-	-	200	200.000	prédio apropriados para instalação municipal existência de uma vila para instalação de sede

FONTE: Constituições estaduais de 1947 (CON);

Lei Orgânica dos estados

* LE-Lei Orgânica /CON-Constituição

** referente ao estado de Tocantins

*** a Constituição estadual dividiu o estado para fins de criação de municípios em norte e sul, no quadro apenas o norte.

2.1- O MUNICÍPIO NO PERÍODO 1946-1964/67

O período que vai de 1946 até 1964 foi caracterizado pelos debates sobre municípios e municipalismo. Foram asseguradas pela Constituição Federal de 1946: a eleição de Prefeitos; administração própria; a decretação e arrecadação de suas rendas; a organização dos serviços locais, além da distribuição de 16,61% da receita federal para os municípios. Com estes impulsos proporcionados, inicialmente, pela liberalização política e depois por um crescimento urbano, há o aumento do número de municípios, que sobem de 1.669 em 1945, para 3.959 em 1966. Na década de 1940 foram 315 novos municípios instalados, sendo que 225 depois de 1945; na década de 1950 e 1960, foram respectivamente 877 e 1.186 novos municípios instalados.

Desde 1945, por tanto, a intensificação do processo de urbanização brasileiro, acompanhando a aceleração da industrialização, a expansão do mercado interno e a expansão da rede viária (construção de estradas) e, por outro lado, a autonomia delegada aos estados, assegurada pela Constituição Federal de 1946, no que se refere aos desmembramentos municipais, ocorreu no Brasil um movimento de desmembramentos municipais, que só foi interrompido com o Golpe militar de 1964, que, inclusive, chegou a extinguir municípios.

Segundo Lordello de Mello (1992), “multiplicar municípios, em um país de grande extensão territorial e de grande população como o Brasil, tanto pode ser, pois, obra de ficção, como pode ser uma ação importante, indispensável mesmo para levar a presença do governo ao interior,(...), para ocupar efetivamente o território.

Quanto maior for a extensão territorial de um município, sua população estará mais distante da sede administrativa, estando também, distante dos serviços, que na maioria das vezes nela são oferecidos; distante também das decisões que nela são tomadas. Para Breamaker (1993), quanto maior for a extensão territorial de um município, as probabilidades de desmembramentos municipais serão maiores. Porém as aspirações de autonomia municipal não se tornam verdadeiras quando um município de grande extensão territorial estiver despovoado e não houver fontes econômicas que mantenham

a fixação de população no local; ao contrario se tornam necessárias quando há população presente que mantenha atividades econômicas que propiciem o desenvolvimento local.

No período 1945- 1964/67 pode-se considerar que ocorreu a criação muitos de municípios “fictícios”. “Surgiram centenas de municípios fantasmas verdadeiras ficções do ponto de vista econômico, sociológico, administrativo e até geográfico, pois muitos nem divisas delimitadas possuíam. No estado do Amazonas, a sede de um desses Municípios, localizada próximo de Manaus, era o “flutuante” do Prefeito, que simplesmente desancorou o seu barco, desfazendo-se, assim o único vestígio organizacional daquela ficção ou melhor, daquela farsa - quando o mesmo soube do ato da extinção do município” (MELLO, 1992. p.). “Tal fato deve-se principalmente a dois fatores: como a participação nos fundos federais era feita em partes iguais, um estado com maior número de municípios receberia uma cota maior desse fundo. Por outro lado, o governo municipal que deveria atender tanto às necessidades das zonas urbanas, sob sua jurisdição, quanto às rurais, tem tendido a restringir sua ação à sede do município, fazendo com que os distritos pressionem por sua emancipação almejando atrair mais recursos e mais atenção das esferas superiores do governo” (BRASILEIRO, 1973. p. 19 e 20).

Porém ocorreu nesse período, também, a criação de municípios que expressavam um desenvolvimento urbano, mesmo que pequeno, do período anterior. Um exemplo foi aquele ocorrido no norte de Goiás (atual Tocantins), onde o número de municípios subiu de 11 em 1945 para 14 em 1950, 31 em 1960 e, 52 no ano de 1967. Esse aumento no número de municípios está relacionado aos impactos causados pela abertura da rodovia Belém-Brasília em 1959.

Além de instituições valorizadoras do município, como o IBGE, são criadas publicações divulgadoras do pensamento municipalista na década de 1940 e 1950: (RBM) Revista Brasileira dos Municípios, (RAM) Revista de Administração Municipal e (RSP) Revista do Serviço Público.

Na visão de Xavier que, defendia uma “República municipalista ”, “a autonomia municipal significa o aproveitamento local dos recursos locais, vida própria e não reflexa, desenvolvimento do espírito de comunidade, de modo a fazer, com a terra e o povo de cada Município, um organismo autopolítico tanto quanto possível” (TAVARES, 1992).

O auge do movimento municipalista se deu entre 1961 e 1963, porém a criação e autonomia municipal foram restringidos, com a extinção de municípios considerados economicamente ineficientes, depois de 1964, uma política consolidada pela Constituição de 1967.

3 - A CENTRALIZAÇÃO E DIMINUIÇÃO DO PODER MUNICIPAL(1964-1988)

O Golpe militar de 1964 e a centralização exercida pelo Governo Federal, representaram, do ponto de vista político, um retrocesso para o desenvolvimento municipal no Brasil. Inicialmente alguns municípios foram extintos e a autonomia municipal na Constituição de 1967, era assegurada em apenas algumas partes. Nos municípios da capital, e de estância hidrominerais, os Prefeitos eram nomeados pelos Governadores dos estados; em outros municípios, considerados como área de segurança nacional os Prefeitos eram nomeados diretamente pelo Presidente da República.

Segundo Dória, as restrições foram feitas por etapas, o primeiro Ato Institucional impôs inúmeros limites às liberdades previstas na Carta de 1946.

A diminuição da receita, também foi fator para a limitação do poder dos municípios. Em 1967 os municípios tiveram reduzida para 10% a cota do fundo de participação dos municípios, em 1969 esta cota foi reduzida para 5%. A situação piorou bastante na década de 1970: “no início da década de 80 o conjunto dos municípios brasileiros recebia diretamente apenas 1,2% das receitas públicas” (DÓRIA, 1992, p. 42). O resultado disso foi o empobrecimento dos municípios, que foram obrigados a reduzir o peso do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do Imposto Territorial Rural. Ao mesmo tempo eram responsabilizados por maiores tarefas antes de responsabilidade à União.

Nas áreas de planejamento controladas pelo do Governo Federal vários problemas ocorreram, pois as obras governamentais atraíram imigrantes e estimulavam a urbanização, exigindo dos estados locais a construção de escola; posto médico; etc., sem recursos para tanto, os municípios não podiam controlar os problemas causados pela urbanização acelerada e inúmeros problemas também ocorridos no campo.

Quanto aos desmembramentos municipais, entre 1968 e 1980 foram, apenas, 22 municípios instalados no Brasil. A Constituição de 1967 e lei complementar estipulavam limites mínimos para criação de novos municípios, tendo sido isto a base para as Constituições estaduais (Quadro 3).

Com a abertura política iniciada no final da década de 1970 e havendo eleições gerais para Prefeitos em 1985, começa ocorrer maior liberação para os desmembramentos municipais: entre 1980 e 1988 foram instalados mais de 170 novos municípios em todo Brasil. Esses novos municípios indicava o reconhecimento para algumas localidades do crescimento urbano e econômico na década de 1970. Porém a plena autonomia municipal só seria assegurada com a Constituição de 1988.

Quadro 3:
REQUISITOS MÍNIMOS PARA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PÓS 1967

ESTADO	LEI	POPULAÇÃO MÍNIMA	MORADIAS NA SEDE	RENDA	OUTROS
todos estados subordinados a lei federal	lei Federal	10000	núcleo urbano formado com mais de 200 casas	arrecadação superior a 5 milésimos da estadual	plebiscito não implique em perda para o município de origem

Fonte: Lei Complementar Federal nº 01 de 09/11/1967

4 - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - E O NOVO PAPEL MUNICIPAL

Com a Constituição Federal de 1988 foi restabelecida a autonomia municipal com vigor. Os municípios tiveram aumento significativo no Fundo de Participação dos Municípios para 30%; podem elaborar suas próprias leis orgânicas entre outras mudanças que lhes deram maior autonomia.

O discurso pró-municipal era comum na década de 1980 e a Constituição veio apenas consagrar as idéias. Segundo Becker (1986): “O Estado a nível local é vital para a reprodução da formação social atendendo a duas estratégias básicas: a- a estratégia da diversificação de conflitos, isto é da regionalização da crise financeira, de racionalidade e legitimação do Estado central(...). b- a estratégia de cooptação que assegura a hegemonia ideológica de duas formas: a cooptação pelo consumo de serviços; e se esta cooptação falha, o estado recorre à política eleitoral ou à participação da comunidade, que legitima o poder local.” Significa que a municipalização coloca o Estado perto da população, primeiro, para que haja um serviço melhor por parte do estado, segundo para que este seja melhor controlado pela população.

Com todo esse clima municipalista ocorre, apoiado na Constituição Federal, e estaduais (Quadro 4) um surto de desmembramentos. Em 1987 havia 4.180 municípios instalados em todo Brasil; este número subiu para 4.479 em 1989, 4.932 em 1993

Depois de 1993 houve instalação de novos municípios apenas em Rondônia. Em 1995, 8 novos municípios foram instalados no estado, que juntamente com Acre permitem que municípios sejam instalados antes da eleição e posse do Prefeito, que ocorre simultaneamente em todo os municípios brasileiros. Em Rondônia, segundo a Constituição estadual de 1989, o Governador do estado, nomeará um administrador, que assumirá como Prefeito até a posse do Prefeito eleito.

É importante ressaltar que a partir das mudanças da Constituição de 1988, todos os municípios com população inferior a 10.000 habitantes passaram a receber do Fundo de Participação dos Municípios, o equivalente a um município de 10.000 habitantes. tornou-se, assim lucrativo o desmembramento de um município de 10.000 habitantes por exemplo, pode ser subdividido em 2, cada um recebendo do Fundo de Participação dos Municípios o equivalente à um município de 10.000.

Quadro 4
REQUISITOS MÍNIMOS PARA CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS
PÓS 1988

ESTADO	POPULAÇÃO	ELEITORADO MÍNIMO (nº de eleitores)	PRÉDIOS NA SEDE	RENDA ANUAL	OUTROS
Acre	1.500	10% da pop. total	50	0,002 da estadual	Condição para instalação dos órgãos de administração - não implique perda para o município de origem - levantamento cartográfico e histórico
Amapá	2,5 milésimos do estado	10% da pop. total	-	-	representação escrita por 100 eleitores
Amazonas	20% do antigo município	-	-	-	viabilidade econômica - serviços de água; luz; saúde; educação de 1º grau, oferecidos na futura sede - condições para instalação dos órgãos de administração
Maranhão	3.000	1.000	200	-	condições reais de desenvolvimento - escola de 1º grau
Mato Grosso	4.000	30% da pop. total	200	superior a média dos 40 menores municípios	não implique perda para o município de origem - condição para instalação dos órgão de administração - levantamento cartográfico e histórico
Pará	5.000	10% da pop. total	200	-	escola de 1º grau
Rondônia	10.000 ou 5 milésimos do estado/ diminuição para 2 milésimos	20% da po. total/mudança para 10%	150	-	não implique perda para o município de origem
Roraima	1% do estado	-	100	-	escola 1º grau
Tocantins	2.000 mudança para 1.200	600/ mudança para 350	50	0,003 da receita tributaria do estado	requerimento de 100 eleitores

Fonte: Lei Complementar dos estados de 1989 a 1992

III - AMAZÔNIA LEGAL (1945-1995): URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

1. AMAZÔNIA BRASILEIRA EM 1945

Depois de ter passado por um período de desenvolvimento econômico e urbano, compreendido da segunda metade do século XIX até o início da década de 1920 (período esse caracterizado como BOOM da borracha tendo, este produto atingido um preço elevado nos mercados internacionais e o Brasil (a Amazônia) chegou a corresponder por 90% de toda produção mundial. Sua produção foi superado por países asiáticos no final da década de 1910, tendo em seguida a produção brasileira diminuído, começando, então, um período de estagnação econômica e urbana.

Terminado o ciclo da borracha, Manaus e Belém passam por um período de decadência, como também toda Amazônia, sendo a ocupação humana expressiva apenas no baixo vale do rio Amazonas.

O padrão de urbanização do tipo dentritico, segundo Corrêa (1989) iria perdurar até o final da década de 1950 (Mapa 1). Havia em 1945, 171 municípios instalados, estando localizados, a maioria, ao longo dos principais afluentes do Rio Amazonas e seus afluentes principais (Purus, Madeira, Negro, Tapajós, Xingu, entre outros), isto porque até o final de década de 1950 (quando se deu a abertura da Belém -Brasília), a região Amazônica continuava totalmente dependente do transporte fluvial.

Dos 171 municípios instalados, 131 pertenciam aos atuais estados do Pará, Amazonas e Maranhão (Tabela 1). No estado do Amazonas apesar do número de cidades ser um pouco menor que no Pará, elas se apresentavam com localização mais dispersa; pois a exploração da borracha pelo alto curso dos rios Purus, Juruá, e Madeira foi responsável pelo aparecimento de pequenos núcleos de povoamento nas antigas sedes dos grandes seringais (Lábrea, Humaitá, Assis Brasil, etc...). Por outro lado, no Pará as cidades estavam concentradas na região Bragantina, e ao longo do rio Amazonas. Não havia, até então, nenhuma cidade localizada no sul do estado.

No Maranhão, havia algumas áreas do estado que se apresentavam como área de ocupação consolidada (litoral, margens ao longo dos rios Tocantins, e Mearim e Grajaú), com maior concentração de cidades.

No Norte de Goiás, atual estado do Tocantins, os 11 municípios aí instalados, tinham a sede municipal, localizada ao longo da calha dos rios Tocantins e Araguaia, repetindo o mesmo padrão de urbanização dendrítica que caracterizava a Amazônia que, nesta região, só viria a ser quebrado com a abertura da Belém-Brasília.

No estado do Mato Grosso, as cidades não estavam diretamente ligadas às calhas fluviais, pelo fato dos rios do estado não serem totalmente navegáveis. Havia em 1945, apenas 1 cidade (Aripuanã) localizada no norte do atual estado do Mato Grosso, e uma pequena concentração de cidades ao longo do antigo caminho entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.

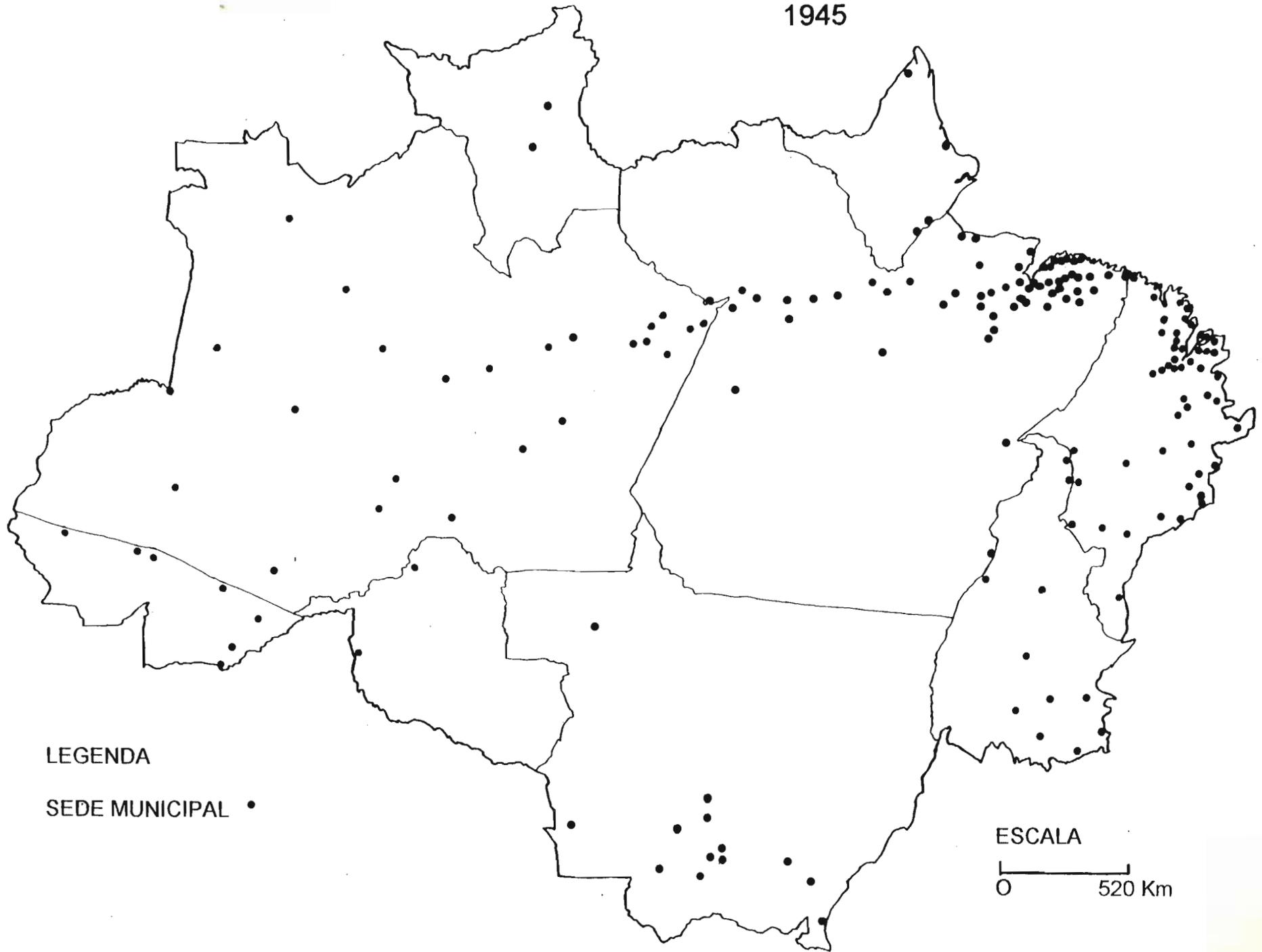
Nos demais estados, que em 1945 ainda eram territórios federais, o número de cidades era inexpressivo, não passando de 2 em Rondônia e Roraima, cada um, 4 no Amapá e 7 no Acre. Por serem muito dispersos no território, não poderia ser caracterizado qualquer padrão de distribuição espacial, apesar da maioria destas cidades terem apenas o transporte fluvial como meio de locomoção.

Segundo Corrêa (1989), este período de estagnação e crise da borracha durou até 1960, quando se iniciou outro período de mudança econômica e desenvolvimento urbano para a região.

O padrão de urbanização ligado ao transporte fluvial, também foi mudado pela abertura de eixos rodoviários, que influenciaram diretamente no processo de ocupação e urbanização da Amazônia nas décadas de 1960 e 1970.

SEDES MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

1945



LEGENDA

SEDE MUNICIPAL •

ESCALA

0 520 Km

Mapa I

NÚMERO DE MUNICÍPIOS INSTALADOS

ANO	ACRE	AMAPÁ	AMAZONAS	MARANHÃO	MATO GROSSO	PARÁ	RONDÔNIA	RORAIMA	TOCANTINS	AMAZ.LEGAL
1945	7	4	25	49	14	57	2	2	11	171
1947	7	4	25	49	14	57	2	2	11	171
1949	7	4	25	50	15	59	2	2	15	178
1951	7	4	25	51	15	59	2	2	15	179
1953	7	4	25	59	15	59	2	2	15	188
1955	7	5	30	63	27	60	2	2	23	219
1957	7	5	44	65	27	61	2	2	23	236
1959	7	5	44	69	27	61	2	2	33	250
1961	7	5	44	78	27	61	2	2	33	259
1963	7	5	44	96	29	82	2	2	33	300
1965	7	5	44	100	34	83	2	2	50	327
1967	7	5	44	102	34	83	2	2	52	331
1969	7	5	44	102	34	83	2	2	52	331
1971	7	5	44	103	34	83	2	2	52	332
1973	7	5	44	103	34	83	2	2	52	332
1975	7	5	44	103	34	83	2	2	52	332
1977	12	5	44	103	38	83	7	2	52	346
1979	12	5	44	103	38	83	7	2	52	346
1981	12	5	44	103	56	83	7	2	52	363
1983	12	5	59	105	59	87	13	8	60	407
1985	12	5	59	105	59	87	16	8	60	410
1987	12	5	59	109	82	87	18	8	60	440
1989	12	9	62	109	95	105	23	8	78	501
1991	12	9	62	109	95	105	23	8	79	502
1993	22	15	62	109	117	128	40	8	123	624
1995	22	15	62	109	117	128	48	8	123	632

Tabela 1

2- A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA AMAZÔNIA LEGAL - A URBANIZAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (1945-1995) ?

Foram definidos no Capítulo I, segundo as Constituições Federais, três períodos distintos na vida municipal brasileira, depois de 1945. O primeiro, iniciado com a Constituição de 1946 até o Golpe de 1964, e a Constituição de 67; o segundo, desta última Constituição até a Constituição de 1988; e o terceiro o período atual iniciado com a nova Constituição. Esta periodização é identificada na Amazônia Legal, identificando-se, porém, dentro destes períodos, sub-períodos marcados por diferentes fatores, alguns regionais, outros nacionais que influenciaram a instalação de um número maior ou menor de novos municípios.

Os sub-períodos identificados na Amazônia são nove, de acordo com a maior ou menor quantidade de municípios instalados, estando isto diretamente ligado à especificidades da região amazônica e/ou do sistema político nacional (Quadro 5).

Como já foi dito na introdução, os fatores econômicos por si só não seriam responsáveis pela criação de novos municípios, sendo o desmembramento municipal um fator político de organização. Pode-se perceber, na Amazônia pós 1945, que não foi nos períodos de maior desenvolvimento econômico (década de 1970), quando ocorreram os maiores números de instalação de municípios (Gráfico 1), apesar de terem surgido de inúmeras novas localidades ("cidades") nesta década. Pelo contrário, fica claro que neste período o número de municípios instalados foi muito baixo, sendo a centralização política exercida pelo Governo Federal muito forte, baseada no argumento de evitar a formação de *CURRAIS ELEITORAIS*.

Quadro 5

A PERIODIZAÇÃO MUNICIPAL NA AMAZÔNIA LEGAL PÓS 1945

ANO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	CARACTERÍSTICAS DO SUB-PERÍODO	CARACTERÍSTICAS DO PERÍODO
1945	171	- sem autonomia municipal - estagnação econômica	1º. Período (161) Constituição de 1946 autonomia política - administração financeira decretação e arrecadação de tributos criação do fundo de participação dos municípios (FPM)
1946-53	188 (18) *	- autonomia municipal - não há mudanças na estrutura regional	
1954-61	258 (70)	criação da SPVEA - abertura da Belém-Brasília	
1962-64	321(63)	- auge do municipalismo - início de projetos de colonização	
1965-67	331(10)	- extinção de alguns municípios - criação de SUDAM	
1968-76	336(05)	- retração na criação de municípios - intervenção estatal na Amazônia (abertura de estradas, projetos de colonização e pólos de desenvolvimento)	2º Período (110) Constituição de 1967 intervenção do Estado alocação de recursos controlados pela União diminuição da autonomia municipal
1977-80	347(11)	- reconhecimento da urbanização, criação de municípios - grandes projetos	
1981-83	407(60)	- abertura política - criação de novos municípios	
1984-88	440(33)	- diminuição da intervenção estatal na Amazônia	
1989-95	632(191)	- criação de municípios a critério dos estados	3º Período (191) Constituição de 1988 defesa da autonomia municipal

Organizado pelo autor

* em 1948 foi instalado um novo município e outro rebaixado

() número dos novos municípios instalados

Evolução municipal na Amazônia Legal

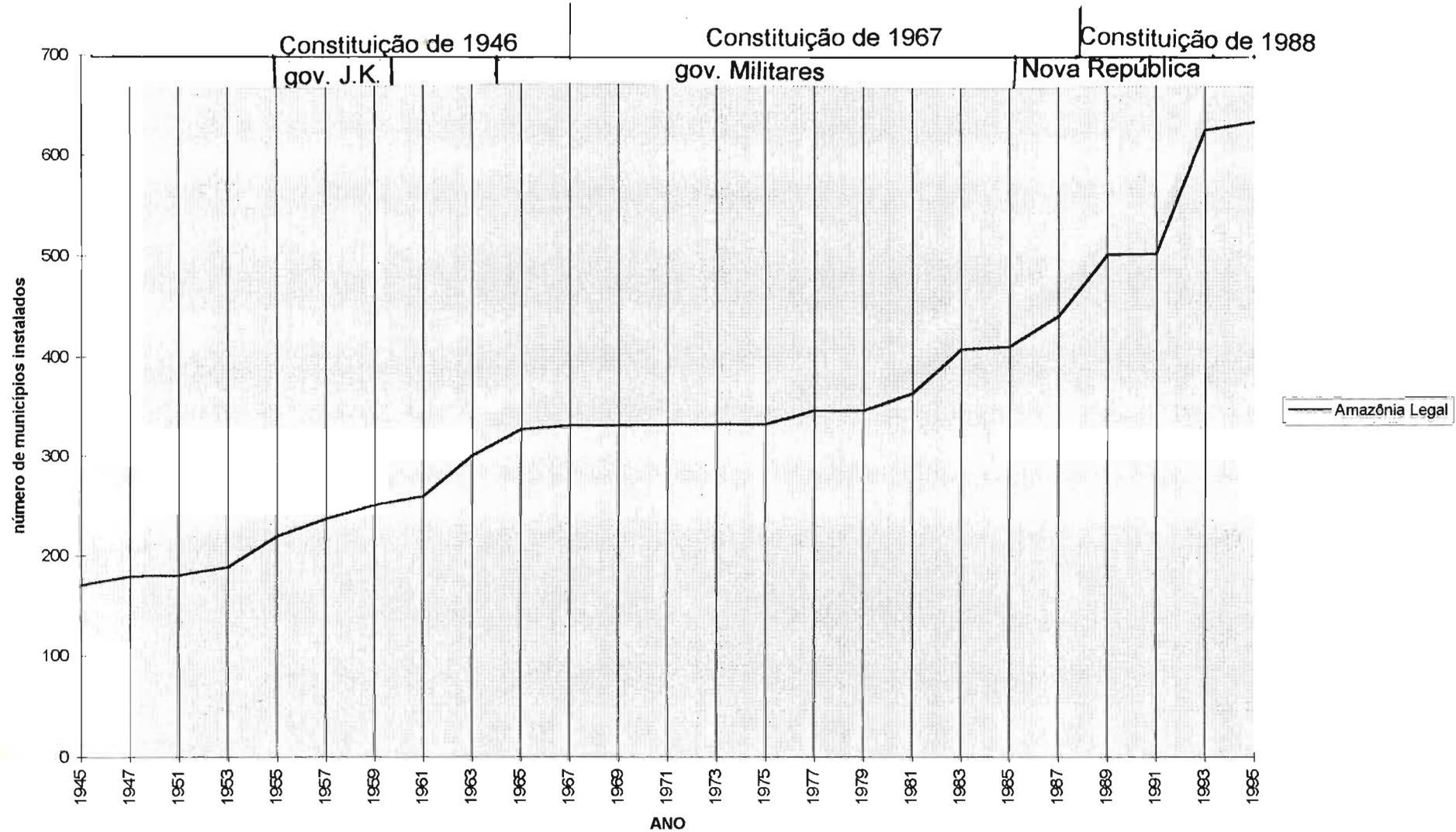


Gráfico 1

No período compreendido entre 1946 e 1964/67 foram instalados 7,6 municípios em média por ano, contra 1,4 da década de 1970. Até o final da década de 1950 a Amazônia se encontrava economicamente estagnada, porém muitos foram os novos municípios instalados. Isto é justificado pelo jogo político, que é o responsável pela criação de novas divisões municipais, estando as Assembleias estaduais, nos períodos de descentralização, incumbidas da criação de novos municípios. Também fatores econômicos podem influir para que determinada área, em momentos de descentralização política, venham pleitear sua autonomia municipal. Segundo Noronha (1993), motivos econômicos por estagnação e motivos econômicos dinâmicos podem ser responsáveis por pedidos de emancipação. A grosso modo, as localidades que possuem certo desenvolvimento econômico acham-se suficientemente fortes para se auto-organizarem como municípios; outras, em situação de estagnação econômica, acham que a autonomia municipal poderá trazer-lhes desenvolvimento econômico. O que poderá determinar o desmembramento de municípios neste caso é o jogo político a nível nacional, regional ou até mesmo local.

Após 1988, ocorreu no Brasil um *BOOM* de desmembramentos municipais, que foi acompanhado também na Amazônia Legal, tendo alguns estados até mesmo dobrado o número de municípios instalados.

2.1 - DA ESTAGNAÇÃO AO INÍCIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA - A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS (1946-1964/67).

O primeiro passo para o processo de integração da Amazônia ao contexto nacional, foi a criação de SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), em 1953, que em 1966 foi substituída pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Essa preocupação de inserir a Amazônia ao contexto nacional e torna-la economicamente viável foi intensificada no Período Militar, com abertura de Eixos de Desenvolvimento criação de Pólos de Desenvolvimento e Grandes Projetos (mapa 2) que fizeram parte da estratégia do Estado em ocupar a Amazônia (Machado 1987, Becker 1988,1991).

Em 1958 tem início a construção da Belém-Brasília (BR-010), no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, quando se deu também a construção da BR-364 Brasília-Acre. Com a construção da Belém-Brasília se tinha a intenção de implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia oriental ao resto do país. De 1958 até 1964 27 novos municípios foram instalados no norte de Goiás, atual Tocantins, na área de influência da Belém-Brasília.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960 há segundo Becker (1991) intensificação de frentes pioneiras com atividades agropecuárias e minerais.

O crescimento do número de municípios instalados no período 46/67 na Amazônia Legal foi de quase 100%, os 171 instalados em 1946 foram transformados em 331 em 1967 (tabela 3). Este aumento considerável se deu particularmente em dois períodos específicos: entre 1953/61 e 1962/64, quando ocorreram 44,% e 39,% respectivamente das instalações dos novos municípios.

Evolução municipal por estado

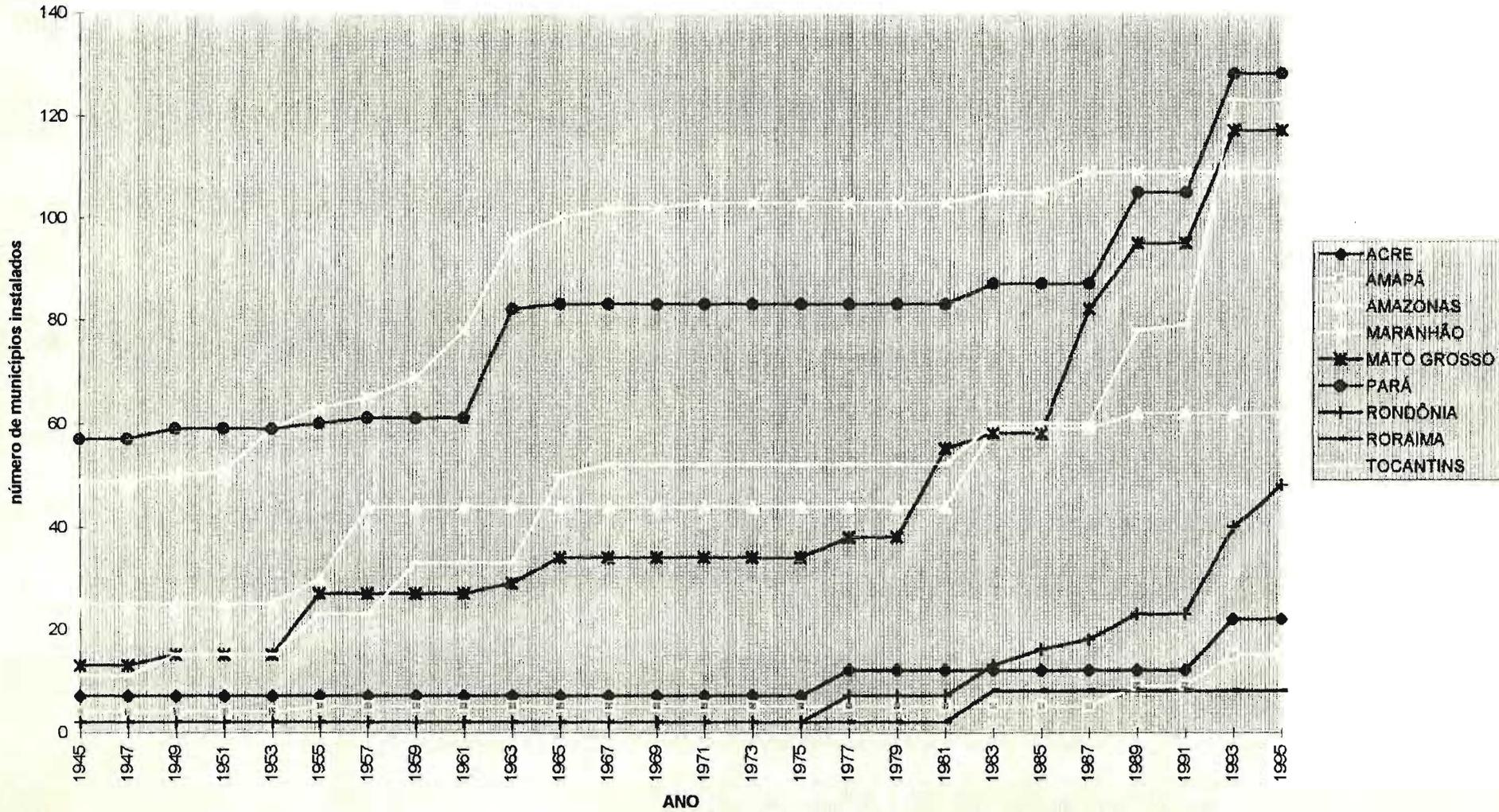
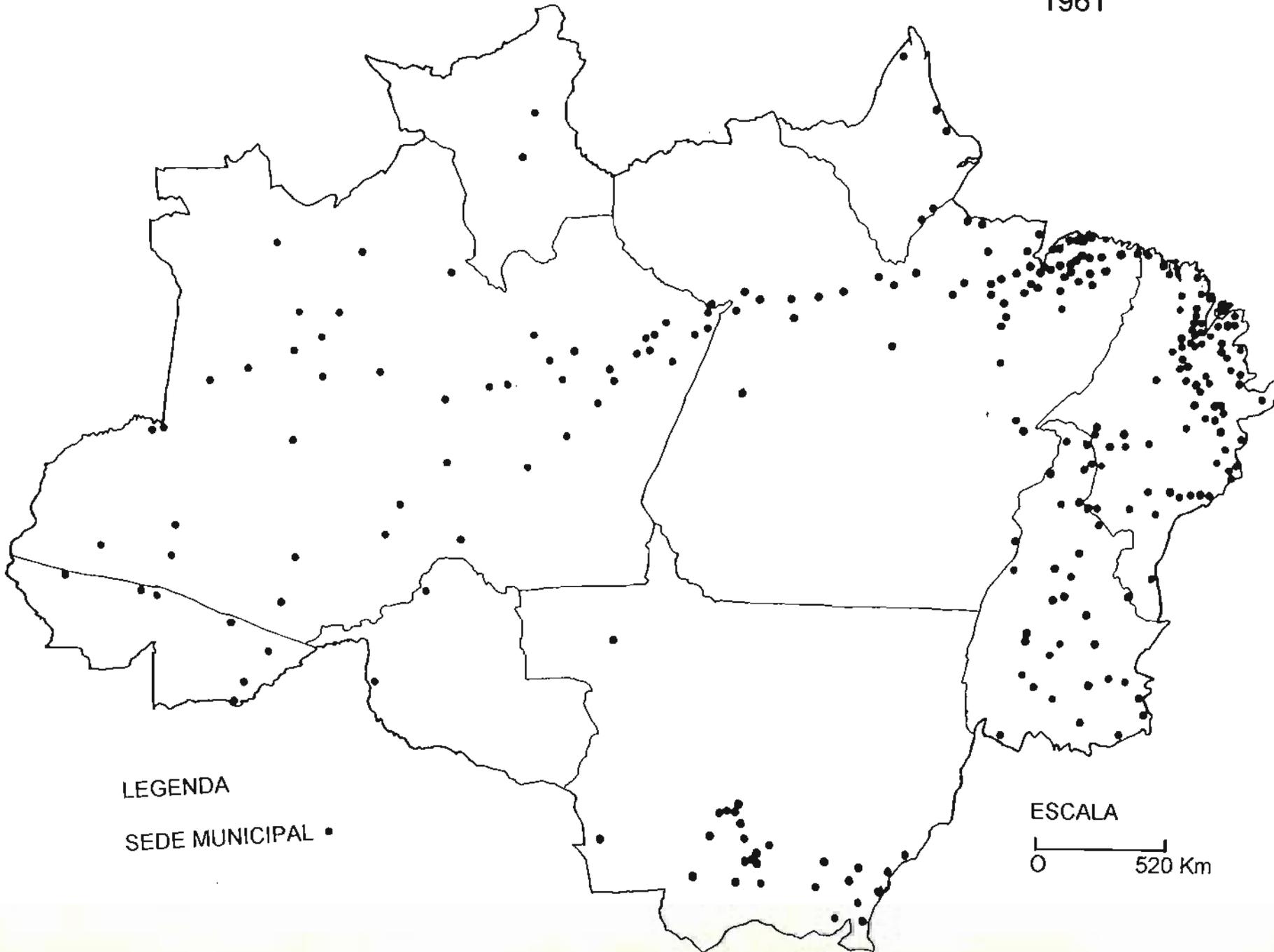


Gráfico 2

SEDES MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

1961



LEGENDA

SEDE MUNICIPAL •

ESCALA

0 ——— 520 Km

Mapa 2

Entre 1946 e 1953 o primeiro sub-período, houve apenas, instalação de municípios nos estados do Maranhão (10); Mato Grosso (2); Pará (2) e Tocantins(4). Apesar da liberalização na criação de municípios haviam três motivos que neste momento não favoreciam que localidades fossem elevadas a categoria de município: o primeiro era uma questão política; nos territórios federais, como já foi dito, por não haver autonomia política a criação de novas unidades político-administrativas era prejudicada, pois dependia do Governo federal. Não ocorrendo eleição para Governador de estado nos territórios, não havia necessidade também da criação de novas unidades de sustentação política, como ainda era visto o município neste período; a segunda causa, a baixa concentração demográfica (tabela 2); terceiro a falta de integração interna e externa da região, que ainda dependia do transporte fluvial.

Deve-se ressaltar que a falta de atividades econômicas dinâmicas podem ser também favoráveis para que ocorram desmembramentos municipais. De fato algumas localidades quando aspiram a autonomia municipal alegam que a transformação em município os traria algum tipo de desenvolvimento econômico.

A partir de 1953 com a criação da SPVEA a situação de estagnação da Amazônia começou mudar, o sub-período que vai até 1961, pode ser considerado como de aumento da intervenção econômica do Estado na região Amazônica, ainda pequena em relação a que iria acontecer no período militar iniciado em 1964.

O início da integração com abertura de frentes pioneiras, representou para alguns estados o impulso para a quebra do quadro de monotonia municipal.

No Tocantins o número de municípios instalados de 23 em 1954, atingiu 33 em 1961. Pode-se perceber no Tocantins uma mudança no padrão de localização das novas cidades que estão ligadas pela rodovia. Segundo Machado (1979), reconhece-se dois momentos na evolução regional de acordo com a integração e movimentos econômicos

extra-regionais e a criação de condições para um salto qualitativo no desenvolvimento urbano. O primeiro com núcleos urbanos com forte vínculo local, localizados em função de atividades econômicas dispersas que se estende até o final da década de 1950. O segundo de modificação nas condições de produção associados a organização regional de forças oriundas dos interesses industriais do Sudeste. Expansão do crédito agrícola em 1970 em diante e asfaltamento da Belém-Brasília.

O estado do Mato Grosso teve 12 municípios instalados entre 1954 e 1961, tendo a maioria destes como localização ao longo da rodovia Brasília-Acre.

No Amazonas são instalados 19 novos municípios todos ligados ainda ao transporte fluvial.

No Pará e Amapá foram instalados 4 e 1 novos municípios respectivamente, não havendo nenhum novo município instalado em Rondônia, Roraima e Acre.

Pode-se observar no mapa 4 que não houve mudança no padrão de localização das cidades em relação a 1945 .

Entre 1962 e 1964, a criação de municípios no Brasil esteve no auge, no Amazonas foram criados 252 novos municípios, porém estes não viriam a ser realmente instalados, sendo suprimidos entre 1964/67. Quanto a instalação de novos municípios, ela só ocorreu na Amazônia Oriental, Maranhão , Tocantins e Pará, estados de ligação da Amazônia com o resto do país, considerados “portas da Amazônia”, e onde os efeitos da abertura da Belém-Brasília, eram evidentes no processo de urbanização e abertura de pontos da frente pioneira (porém a maioria dos novos municípios instalados no Pará estavam nas áreas de ocupação antiga). Aí foram instalados 58 dos 63 novos municípios; 22 no Pará; 19 no Maranhão e 17 no Tocantins (Mapa 4).

Depois de 1964, com as mudanças em relação a criação de novos municípios (Capítulo I - 2.1 e 3), foram apenas 10 novos municípios instalados em toda Amazônia Legal.

Contudo isso ocorreu na década de 1950 na Amazônia Legal o aumento do número das cidades, que foi mais significante do que o aumento do tamanho da cidades(tabela 3).

Tabela 2
DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS ESTADOS BRASILEIROS

ESTADOS/ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Rondônia	-	0,15	0,29	0,46	2,02	4,65
Acre	0,52	0,75	1,04	1,41	1,97	2,74
Amazonas	0,28	0,33	0,45	0,61	0,92	1,34
Roraima	-	0,08	0,13	0,18	0,34	0,94
Pará	0,77	0,92	1,25	1,77	2,77	4,07
Amapá	-	0,27	0,49	0,82	1,26	2,06
Tocantins	-	-	-	-	-	2,74
Maranhão	3,81	4,88	7,61	9,22	12,31	15,00
Piauí	3,26	4,17	4,95	6,70	8,52	10,29
Ceará	14,24	18,36	22,45	29,24	35,80	45,53
Rio Grande do Norte	14,49	18,26	21,61	29,24	35,80	45,53
Paraíba	25,23	30,39	35,49	42,27	49,14	56,80
Pernambuco	27,35	34,55	41,67	52,51	62,49	72,34
Alagoas	34,40	39,53	45,50	57,43	71,70	90,60
Sergipe	24,66	29,30	34,20	40,95	51,84	67,85
Bahia	7,00	8,63	10,67	13,38	16,88	21,04
Minas Gerais	11,61	13,66	16,58	19,52	22,96	26,82
Espirito Santo	17,33	20,99	29,68	39,08	44,37	57,00
Rio de Janeiro	83,40	107,95	152,66	207,71	260,74	284,27
São Paulo	29,03	36,93	51,79	71,86	101,25	125,83
Paraná	6,21	10,63	21,44	34,81	38,33	42,17
Santa Catarina	12,34	16,34	22,18	30,38	38,00	47,26
Rio Grande do Sul	12,41	15,57	20,06	24,91	29,06	32,35
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	3,91	5,07
Mato Grosso	0,35	0,42	0,72	1,30	1,29	2,29
Goiás	1,29	1,89	2,98	4,58	6,01	6,30
Distrito Federal	-	-	24,28	93,14	203,94	274,53

Fonte: Censo IBGE, 1940;1950;1960;1970;1980 e 1991

Tabela 3
DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES POR CLASSE DE TAMANHO

a - AMAZÔNIA LEGAL

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	132	233	300	283	347
10 - 50.000	44 *	13	26	69	130
50 - 100.000	-	1	3	4	15
100 - 500.000	2	2	2	5	8
> 500.000	-	-	1	2	2
TOTAL	178	249	332	363	502

b - ACRE

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	2	6	6	10	8
10 - 50.000	5 *	1	1	1	3
50 - 100.000	-	-	-	1	-
100 - 500.000	-	-	-	-	1
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	7	7	7	12	12

c - AMAPÁ

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	3	4	4	4	6
10 - 50.000	1	1	-	-	2
50 - 100.000	-	-	1	1	1
100 - 500.000	-	-	-	-	-
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	4	5	5	5	9

d - AMAZONAS

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	16	43	41	36	48
10 - 50.000	8 *	-	2	7	13
50 - 100.000	-	-	-	-	-
100 - 500.000	1	1	1	-	-
> 500.000	-	-	-	1	1
TOTAL	25	44	44	44	62

e - MARANHÃO

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	50	65	92	81	68
10 - 50.000	1	3	10	20	35
50 - 100.000	-	-	-	-	4
100 - 500.000	-	1	1	2	2
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	51	69	103	103	109

f - MATO GROSSO

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	10	20	31	48	68
10 - 50.000	5	1	2	5	23
50 - 100.000	-	-	1	1	3
100 - 500.000	-	-	-	1	1
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	15	27	34	55	95

g - PARÁ

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	38	54	75	58	63
10 - 50.000	20 *	5	6	22	35
50 - 100.000	-	-	1	1	4
100 - 500.000	1	1	-	1	2
> 500.000	-	-	1	1	1
TOTAL	59	60	83	83	105

h - RONDÔNIA

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	1	1	-	1	9
10 - 50.000	1	1	2	5	12
50 - 100.000	-	-	-	-	1
100 - 500.000	-	-	-	1	1
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	2	2	2	7	23

i - RORAIMA

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	2	1	1	1	7
10 - 50.000	-	1	1	1	-
50 - 100.000	-	-	-	-	-
100 - 500.000	-	-	-	-	1
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	2	2	2	2	8

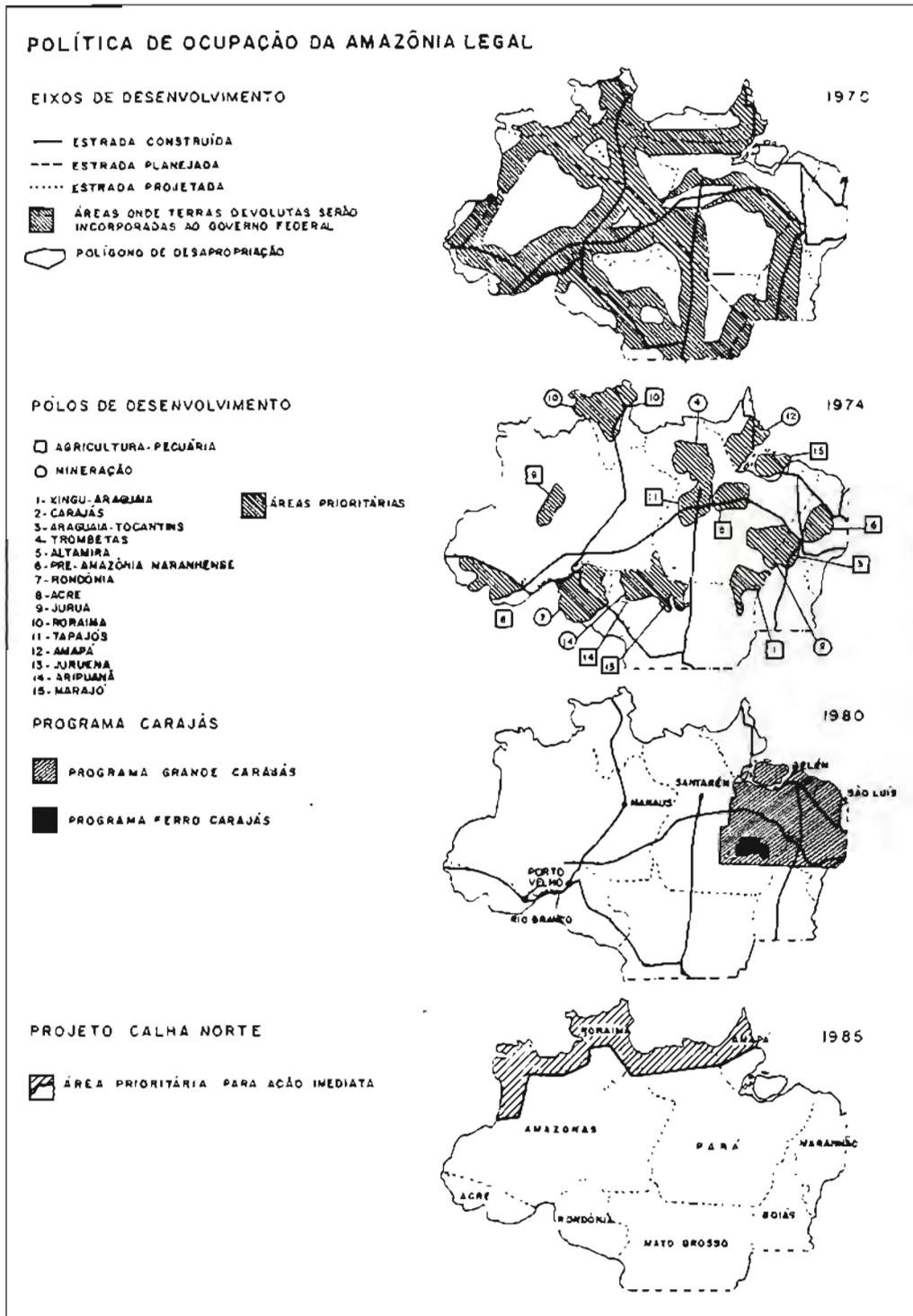
j - TOCANTINS

POPULAÇÃO/ANO	1950	1960	1970	1980	1991
< 10.000	10	32	50	44	70
10 - 50.000	1	1	2	8	7
50 - 100.000	-	-	-	-	2
100 - 500.000	-	-	-	-	-
> 500.000	-	-	-	-	-
TOTAL	11	33	52	52	79

FONTE: Censos 1950; 1960; 1970; 1980 e 1991 IBGE

* no censo de 1950 foi computada toda a população urbana e não somente a da sede administrativa

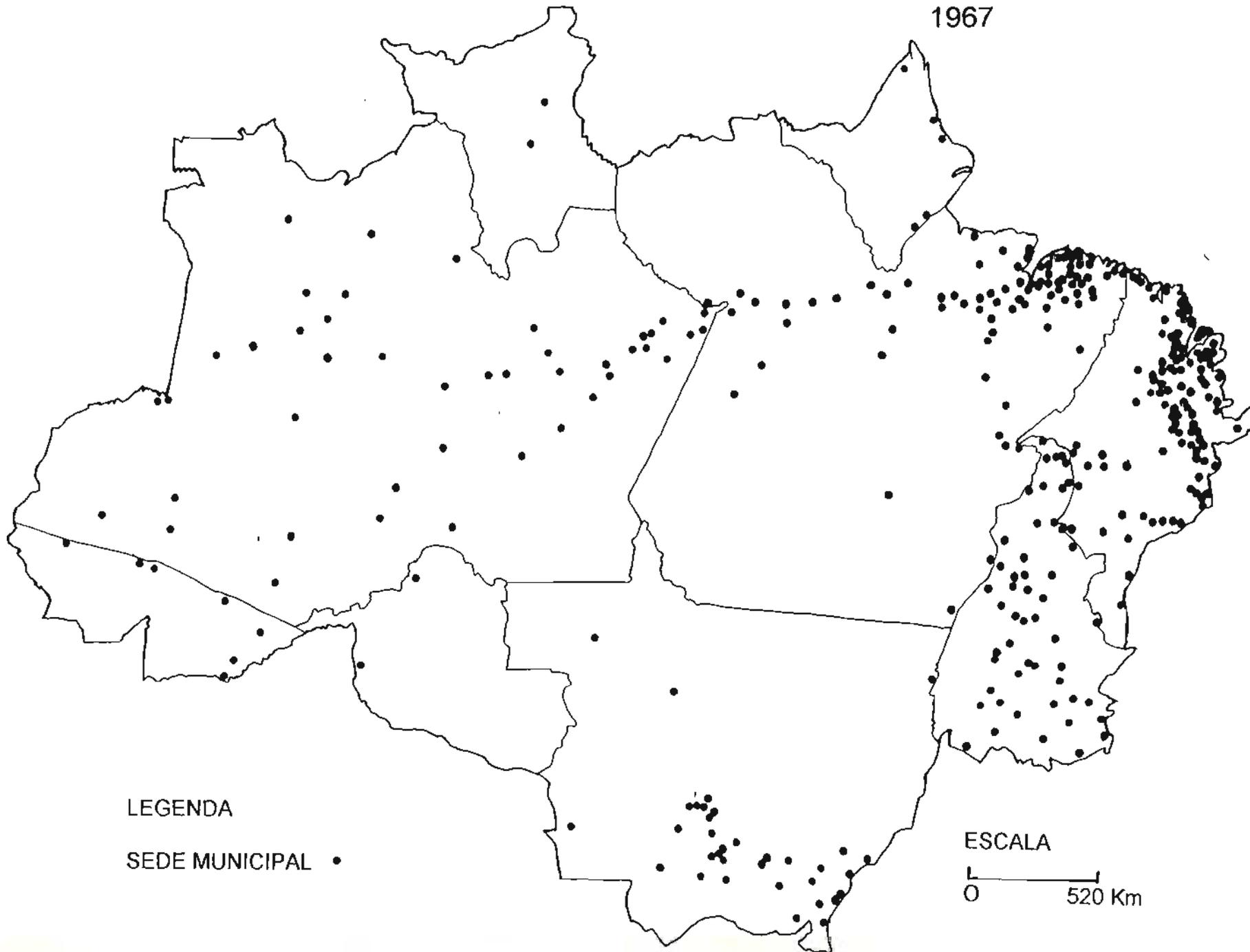
Mapa 3



Fonte: MACHADO, L. O.

SEDES MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

1967



LEGENDA

SEDE MUNICIPAL •

ESCALA

0 520 Km

Mapa 4

2.2 - URBANIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

A elevada taxa de crescimento populacional (Tabela 4), alcançada na Amazônia Legal nas décadas de 1960 e 1970 devem-se ao grande fluxo migratório dirigido para algumas áreas da região em decorrência da facilidade de acesso representada pelos grandes projetos viários (Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho), como também, pela construção de grandes projetos de engenharia (Tucuruí) e de mineração (cassiterita em Rondônia e ouro no Pará). (Magalhães Filho, 1987)

Segundo Coy (1994), a partir de 1970, as transformações políticas, econômicas e sociais no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da região Amazônica ao espaço e à economia nacional impulsionaram as mudanças e a urbanização regional. Programas especiais e medidas políticas a nível federal como (PIN, PROTERRA, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, entre outros), favoreceram um acelerado processo de ocupação da Amazônia Legal incentivados por construção de rodovias; projetos de colonização estatal e privado; incentivos fiscais para atividade agropecuária ou agro-industriais e créditos altamente subsidiados.

Até 1985, quando se deu o fim dos governos militares, foram tomadas várias medidas que incentivaram a integração da Amazônia ao restante do país. Algumas dessas medidas tinham *caráter nacional* como o PIN (Programa de Integração Nacional) em 1970; *caráter regional*, como a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, em substituição da SPVEA; ou a criação de incentivos fiscais pela SUDAM em 1968 com intuito de atrair capitais privados para a região; ou ainda o POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos de Desenvolvimento de 1974; ou o o Programa Grande Carajás em 1980; ou o Projeto Calha Norte em 1985, que promoveram o desenvolvimento de áreas específicas dentro da região; *caráter estadual* como a criação da SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus em 1967.

Nem todas as áreas foram “beneficiadas” com a abertura de estradas e projetos de desenvolvimento regional, nem foram sofrerem os mesmos impactos no tempo e no espaço. “A criação de infra-estrutura de transporte por seu turno, correspondeu a uma outra forma de intervenção do estado na organização espacial da região norte. Ao promover na região maiores opções de transporte o estado passa a criar vantagens comparativas em algumas áreas, dirigindo de certa forma, as opções de localização de atividades econômicas” (MAGNANO, 191 - p.287).

Mais de 12.000 Km de estradas foram construídas na primeira metade da década de 1970. A abertura de estradas na maioria das vezes significava também a abertura de uma frente pioneira.

A abertura de estradas impulsionou a urbanização da região, na medida que abria frentes de trabalho. Porém o processo de urbanização foi desencadeado por uma série de fatores: a fixação de força de trabalho imigrante sem acesso à propriedade da terra; o assalariamento da força de trabalho; a expansão das redes de circulação de capital, mercadoria e informação (MACHADO 1982) .

Entre 1970 e 1980 mesmo sem considerar os núcleos pioneiros que, por não serem sede de municípios ou distritos, não eram computados como urbanos nas estatísticas, a população urbana passou de 37,7% para 51,8 da população total. Desde meados da década 1970, o padrão de localização das cidades estava ligado aos novos eixos de circulação rodoviário.

Entende-se como urbanização não só o aumento do número e tamanho das cidades, mas também a cooptação da população rural pelo “modo de vida”urbano. Além disso os núcleos urbanos atraem fluxos migratórios e criam um mercado de trabalho alternativo (Machado, 1987).

Em 1974 tem início a estratégia territorial dos Pólos de desenvolvimento, segundo Machado (1987), que estavam baseados no conceito da vantagens comparativas. Ao todo foram implantados 15 pólos regionais.

O setor mineral foi considerado prioritário pelo Governo Federal Central que dava ajuda econômica e infra-estrutura aos pólos minerais como Trombetas (bauxita), Carajás (ferro, ouro, manganês, tungstenio), Rondônia (estanho), Juruena e Tapajos (Ouro). O maior, tanto em área como recursos investidos, foi o programa Grande Carajás de 1980, no Sudeste paraense, estendendo sua área de influência ao sul do Maranhão e norte de Tocantins.

Segundo Becker (1990), foi feita a integração de grandes porções do espaço amazônico pelo Estado, muitas delas, apropriadas e controladas diretamente pelo aparelho do Estado Central.

Esta centralização possibilitou que recursos fossem alocados e medidas tomadas de cima para baixo, no processo de ocupação e integração regional e intra-regional da Amazônia Legal. Por outro lado esta postura centralista diminuiu o poder de decisão local.

Como foi colocado acima, na década de 1970 ocorreu na Amazônia Legal uma urbanização acelerada, com a criação de inúmeros núcleos urbanos e o adensamento populacional de outros. Porém foi nesta década que ocorreu enorme centralização política exercida pelo Governo Federal, o que acarretou limitações para a criação e instalação de novos municípios.

Porém a partir de 1980, com uma gradual liberalização do regime, há uma pressão para que as novas localidades, em sua maioria, surgidas com o crescimento urbano e econômico na década anterior, se tornem sede de municípios. Em 1985, ocorre a primeira eleição para Prefeito de todas as municipalidades brasileiras, aumentando com isso, em parte, a autonomia política de todos os municípios. Há também na década de 1980 aumentos no fundo de participação dos municípios.

Tabela 4
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

ESTADO/ DÉCADA	1940	1950	1960	1970	1980
ACRE	3,77	3,20	3,13	3,42	3,41
AMAPÁ	1,83	6,14	5,37	4,36	4,65
AMAZONAS	1,98	3,33	3,03	4,12	3,50
MARANHÃO	2,51	4,58	1,96	2,93	1,91
MATO GROSSO	1,29	4,29	6,12	6,64	5,35
PARÁ	2,09	3,11	3,55	4,62	3,72
RONDÔNIA	10,20	6,39	4,76	16,03	7,97
RORAIMA	5,49	4,65	3,75	6,83	9,55
TOCANTINS	-	-	-	-	2,01
BRASIL	2,39	2,99	2,89	2,49	1,89

FONTE: Censo Demográfico 1991

2.2.1- DESENVOLVIMENTO URBANO X ESTRANGULAMENTO MUNICIPAL (1967-1980)

Com as dificuldades impostas a partir de 1967 à criação de novos municípios e a diminuição da autonomia municipal por um lado e a centralização exercida pelos Governo Federal por outro, como já foi dito anteriormente, resultou também que a tomada de decisões na realização dos projetos implantados na Amazônia Legal, foram tomadas de cima para baixo, ficando os Governos Regionais (estados) e Locais (municípios) na maioria das vezes fora das esferas e decisões.

Contudo os municípios não tinham recursos nem poder político para resolver problemas surgidos com a acelerada urbanização e degradação ambiental de corrente dos projetos aí implantados. Com isso os encargos dos municípios aumentaram ao mesmo tempo que havia diminuído seu poder político e econômico. Segundo Kohlhepp (1992), administrações urbanas e municipais foram praticamente esmagadas pelo impactos de grande projetos na Amazônia. Um exemplo do autor: grande parte dos operários demitidos permaneceram nos arredores dos grandes projetos, onde se formaram enormes bairros marginais causando para as municipalidades problemas sociais, como o aumento da criminalidade.

Algumas municípios passaram a ter o território gerido diretamente pelo Governo Federal. Segundo Machado (1987, 1991 e 1992), uma faixa de 100 Km à margem de toda estrada planejada ou construída, pertencia à esfera pública federal. Com isso 83 milhões de hectares passaram as mãos federais e os municípios de Altamira, Itaituba e Marabá no Pará, passaram à patrimônio da União

Com a centralização e a falta de importância que tinha o município para a vida política nacional, além das dificuldades na criação de novos municípios, entre 1968 e 1976 apenas 5 municípios foram instalados na Amazônia Legal, na verdade 4 destes novos municípios foram instalados no Mato Grosso estando 3 deles (Mirassol D'Oeste, Tangará da Serra e Pedra Preta) em áreas de projetos de colonização privada, tendo a

sede do município sido construída como “cidade” de apoio à estes projetos. Para Machado (1991 e 1992), grande parte dos antigos núcleos pioneiros de colonização surgidos principalmente nas décadas de 1960 e 1970 viriam a ser sede de novos municípios.

Entre 1977 e 1980 11 novos municípios foram instalados na Amazônia legal. No estado do Acre foram instalado 5 municípios que haviam sido criados antes de 1964, porém foram extintos antes de serem instalados. Em Rondônia foram instalados outros 5 municípios, todos eles em áreas de colonização implantadas a partir da década de 1970 (Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena). O outro município instalado no sub-período foi em Mato Grosso (Sinop) que era a cidade planejada para ser o centro de apoio a colonização em um área de 645.000 hectares de terra no norte do estado ao longo da BR-Cuiabá-Santarém.

Pode-se notar entre 1967 e 1980, que as novas cidades criadas com a instalação dos novos municípios estavam ligadas aos novos eixos de desenvolvimento abertos nas décadas de 1960 e 1970.

2.2.2 - ABERTURA POLÍTICA E A INSTALAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS COMO RECONHECIMENTO DA URBANIZAÇÃO (1980-1988) ?

Entre 1980 e 1988 foram instalados 94 municípios na Amazônia Legal, até 1983 foram 60 novos municípios instalados. Por um lado isso revela uma certa liberalização política iniciada no final da década de 1970, por outro o reconhecimento da urbanização ocorrida na décadas de 1960 e 1970. Deve-se ressaltar que vários municípios já tinham atingido o mínimo exigido pela Constituição de 1967.

O crescimento urbano se deu entre 1980 e 1991 tanto no número quanto no tamanho das cidades, diferente do ocorrido na década de 1970.

Outro fator importante a ser ressaltado é que as novas cidades (mapa 5) não estão localizadas preferencialmente ao longo do curso dos rios, havendo o padrão de localização mudado para o eixo rodoviário.

O sub-período que vai de 1980 até 1983, é caracterizado pelo impacto inicial da abertura política, ocorrendo assim elevado número de instalações municipais.

O estado onde se deu o maior número de desmembramentos municipais entre 1980 e 1983 foi Mato Grosso, que teve os seus municípios aumentados de 39 para 59. É importante ressaltar que o estado foi dividido em 1977 em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ainda na Amazônia Meridional 6 novos municípios foram instalados em Rondônia.

Na Amazônia Oriental ao todo foram instalados 14 municípios, talvez a pressão do Programa Grande Carajás impedia que anseios locais de emancipação político/administrativo fossem respondidos. Isso diferente da Amazônia Meridional onde os projetos de colonização na maioria privados tinham muitas vezes por seus organizadores a criação de um município como a “coroação do sucesso” obtido com o projeto de colonização.

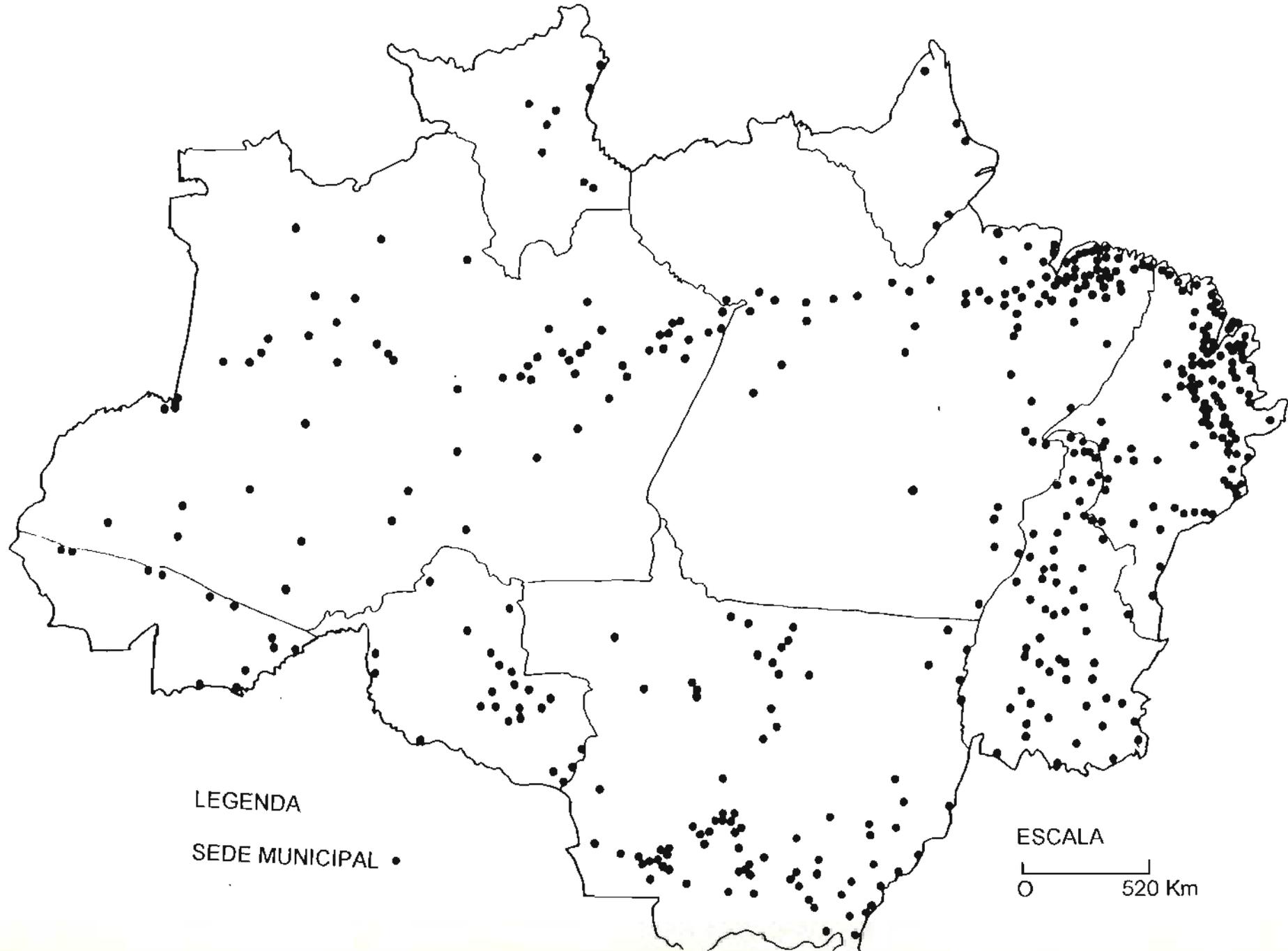
Na Amazônia Ocidental o número de novos municípios instalados (06) foi insignificante, todos no então território de Roraima. O significado relativo foi grande pois o número de municípios do estado que eram 2 foi quadruplicado.

A partir de 1984 até 1988 o número de municípios instalados não foi grande como no sub-período anterior, dos 407 municípios instalados em 1983 havia subiram para 440 em 1988.

O responsável por este aumento foi a Amazônia Meridional onde todos os novos municípios foram instalados no período, 23 no Mato Grosso e 10 em Rondônia.

SEDES MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

1988



LEGENDA

SEDE MUNICIPAL •

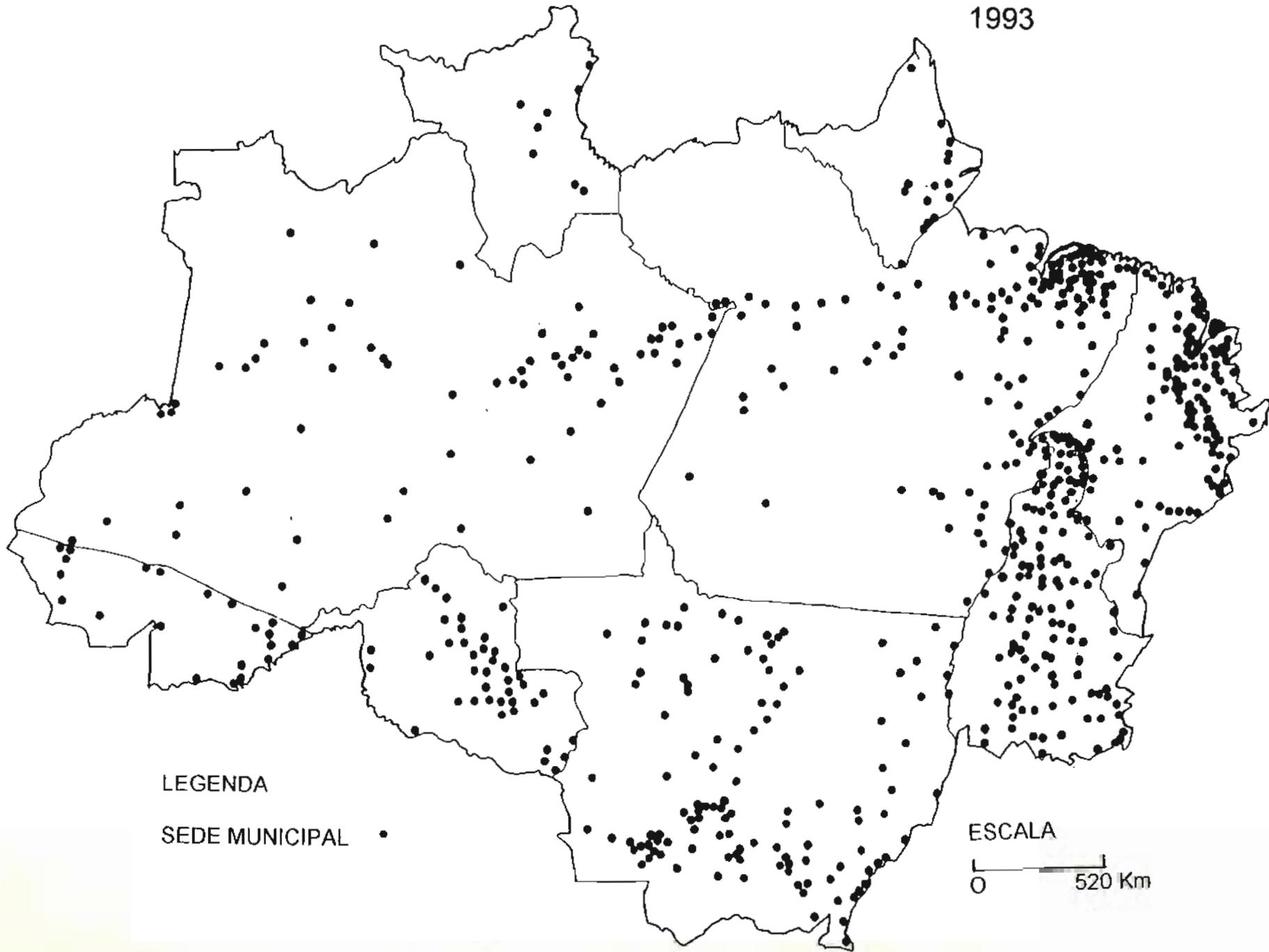
ESCALA

0 520 Km

Mapa 5

SEDES MUNICIPAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

1993



LEGENDA

SEDE MUNICIPAL •

ESCALA

0 — 520 Km

2.3 - O *BOOM* MUNICIPAL PÓS 1988

O aumento acelerado do número de novos municípios instalados, *BOOM* municipal, iniciado em 1988 no Brasil, foi também significativo em quase todos os estados da Amazônia Legal. Entre 1988 e 1989 o número de municípios instalados subiu de 440 para 501 e 624 em 1993. Com 8 novos municípios instalados em 1995 em Rondônia o número subiu para 632.

No Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins de fato ocorreu um *BOOM* de desmembramentos municipais. No Amazonas e Maranhão foram poucos os novos municípios instalados ao total entre 1989 e 1993 (total de 7; 3 no Amazonas e 4 no Maranhão). Em Roraima não ocorreu nenhum desmembramento municipal depois de 1988.

Com a crise, principalmente financeira, enfrentada pelo Estado na década de 1980, agravada na década de 1990, a falta de recursos fez com que a intervenção do estado na Amazônia diminuísse.

A conseqüente falência da rede rodoviária fez ressurgir o transporte fluvial. Com isso algumas cidades que estiveram servidas tanto pelo transporte fluvial, quanto o rodoviário tiveram provavelmente maiores chances de desenvolvimento, um exemplo disso é a cidade de Santarém no Pará.

A partir do momento em que o Governo Federal deixou de intervir diretamente em algumas áreas da Amazônia Oriental (como no Sudeste do Pará), ocorreu aí com grande intensidade desmembramentos municipais.

O *BOOM* municipal não atingiu a Amazônia Oriental, com exceção do Acre que teve o número de municípios quase duplicados de 12 em 1988 para 22 em 1993.

Na Amazônia Oriental com exceção do Maranhão todos os estados tiveram aumento do número de municípios e conseqüente adensamento da malha municipal: No Amapá Território Federal elevado a categoria de estado em 1990 (instituído pela Constituição Federal de 1988), o número de municípios foi triplicado de 5 para 15 entre 1988 e 1993. No Pará foram instalados 41 novos municípios depois de 1988, destes 21 localizados no Sudeste do Pará onde se instalou o Programa Grande Carajás, além da abertura de estradas rodoviárias e uma estrada de ferro ligando Carajás à São Luís, além de várias fazendas que aí se localizaram. No Tocantins, estado criado em 1988 (desmembrado de Goiás), o número de municípios foi duplicado de 60 em 1988 para 123 em 1993. É importante ressaltar que os efeitos da criação de um novos estado, influíram para que novas localidades pedissem sua autonomia municipal.

Na Amazônia Meridional o crescimento do número dos municípios instalados foi grande, foram instalados ao todo 60 novos municípios . Em Rondônia o número de municípios foi mais que duplicado de 23 em 1988 para 48 em 1995. No Mato Grosso o número de municípios instalados cresceu de 82 para 117 em 1993.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e instalação de novos municípios no Brasil estão condicionadas primeiramente a organização político nacional e pelas Constituições Federais, sendo definidos, assim depois de 1945 três períodos distintos de desmembramentos municipais no Brasil.

Intimamente ligada ao nível de centralização e descentralização de cada período, a criação de novos municípios está também ligada ao “tamanho” da autonomia municipal. Sendo a autonomia municipal definida: pela eleição de Prefeito e Vereadores; arrecadação e tributação próprios e, administração própria, a criação de municípios se dá em maior escala quando a autonomia municipal e em estados onde a autonomia municipal for melhor defendida.

Porém servindo a interesses políticos eleitorais, a criação de novos municípios também poderá ocorrer em estados onde exista a necessidade de se manter velhas estruturas de poder ou, quando a criação de novas unidades de poder local represente a criação de novas áreas de influência para políticos.

A criação de municípios depois da Constituição de 1988 pode representar para algumas localidades o aumento da receita ou a criação de alguma receita (levando em conta localidades desassistidas pela sede municipal), por parte do Fundo de Participação dos Municípios, que é distribuído conforme o tamanho da população municipal, no caso de municípios com menos de 10.000 habitantes os desmembramentos municipais são lucrativos pois, para o FPM todos os municípios com população inferior, receberão o equivalente pago a um município de 10.000 habitantes.

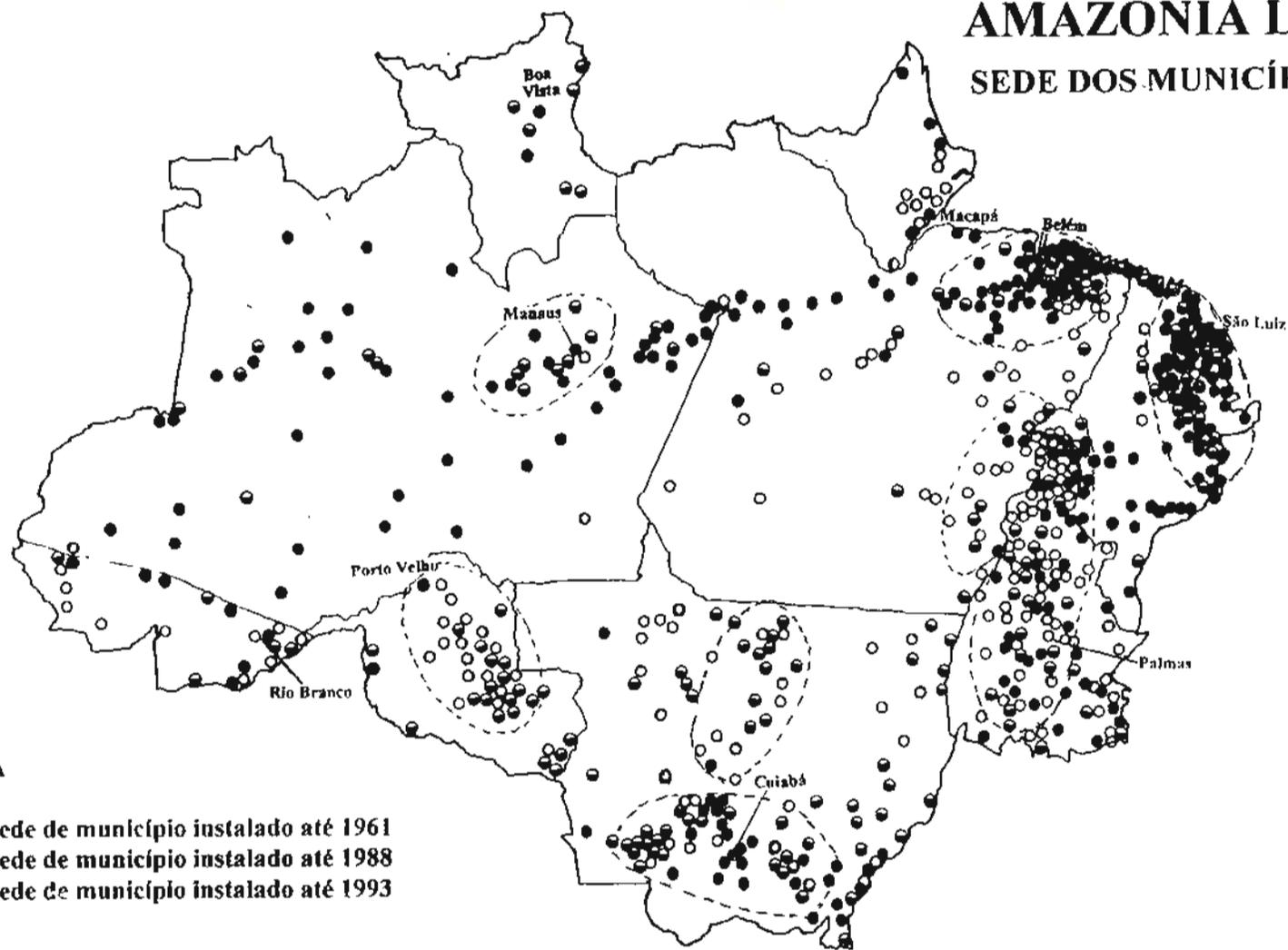
Fatores econômicos tanto dinâmicos como de estagnação podem influir a criação de novos municípios, porém é certo afirmar que a abertura de uma frente pioneira na Amazônia, com a criação de cidades pioneiras influenciou no processo de desmembramentos municipais. Isto porque principalmente na década de 1980 os novos municípios instalados estavam em áreas de projetos de colonização e abertura de estradas na Amazônia legal.

O aumento populacional e urbanização conseqüente também influíram para que áreas populosas, como acampamento de trabalhadores que se tornaram “cidades”, mesmo sem ter fonte para o próprio desenvolvimento econômico viesse a aspirar a autonomia municipal.

Ocorreu na Amazônia Legal uma mudança no padrão de localização das cidades que antigamente dependiam com da exclusividade do transporte fluvial tendo, as novas cidades surgido ao longo dos eixos rodoviários abertos nas décadas de 1960 e 1970 principalmente. A concentração de cidades em áreas de ocupação recente se dá hoje em maior escala que me áreas de ocupação antiga (Mapa 7).

AMAZÔNIA LEGAL

SEDE DOS MUNICÍPIOS



LEGENDA

- Sede de município instalado até 1961
- Sede de município instalado até 1988
- Sede de município instalado até 1993

Fonte/organização: Projeto de pesquisa Geopolítica do Governo local / UFRJ

VI - BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R.S. e RIBEIRO, M.A.C. - Os sistemas de Transporte na Região Norte. Evolução e Reorganização das Redes. Rio de Janeiro: IBGE - Revista Brasileira de Geografia. 51(2) - 1989. p 33-98.

BECKER, B.K - A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE - Revista Brasileira de Geografia. 36(2). 1974.

BECKER, B.K. - Geopolítica da Amazônia - Rio de Janeiro. Ed: Zahar. 1982. 231p.

BECKER, B.K. - A Crise do Estado e a Região: A Estratégia da Descentralização em Questão. Rio de Janeiro: IBGE - Revista Brasileira de Geografia. 48(1). 1986. p.43-63.

BECKER, B.K. - Grandes Projetos e produção do Espaço Transnacional: Uma Nova Estratégia do Estado na Amazônia. Rio de Janeiro: IBGE. 1989.

BECKER, B.K. - Amazônia - São Paulo: Ed. Ática. 1990. 112p.

BECKER, B.K. - Fragmentação do Espaço e Formação de Regiões na Amazônia - Um Poder Territorial ? Rio de Janeiro: IBGE - Revista Brasileira de Geografia. 52(4) 1990. p.117-126.

BECKER, B.K et ali - Fronteira Amazônica: Questões sobre Gestão do Território. Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1990. 219p.

BRASILEIRO, A.M. - O Município como Sistema Político. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1973. 124p.

BRAZ, P. - Direito Municipal na Constituição. Leme: Livraria de Direito. 1994. 391p.

BREMAEKER, F.E.J. - Os Novos Municípios Brasileiros Instalados entre 1980 e 1990. Rio de Janeiro: IBAM/CPU/IBAMCO. 1991. 36p. (base territorial).

BREMAEKER, F.E.J. - Os Novos Municípios: Surgimento, Problemas e soluções. Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal. Ano XL (1) 1993. p.89-99.

COLLAÇO, F. R. - O Município na Federação Brasileira. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1983. 99p.

CONSTITUIÇÕES: FEDERAL E ESTADUAIS: Textos Vigentes, índice Comparativo. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Serviço de Documentação. 1957. 811p.

CORRÊA, R.L.A. - A periodização da Rede Urbana da Amazônia. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia. IBGE. n.3. 1987. p. 39-67.

CORRÊA, R..L.A. - A Rede Urbana. São Paulo: Ed. Princípios. 1989. 95p.

COSTA, W.M. - O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo. Ed. Contexto. 1988.

COY, M. - Rondônia: Frente Pioneira e Programa POLONOROESTE. O Processo de Diferenciação Sócio-Econômica na Periferia e os Limites do Planejamento Público. Geographisches Institut der Universität Tübingen. 1987. p.253-270.

COY, M. - Relações entre Campo e Cidade em áreas de Colonização Governamental e particular. Os Exemplos de Rondônia e Norte Mato-grossense. Tübingen, 1988. 15p.

COY, M. - Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. Transformação Sócio-Econômica e desafios para o Planejamento nas Frentes pioneiras - Trabalho apresentado ao 48º Congresso Internacional de Americanistas, Estocolmo, Julho de 1994.

COY, M. und Lücker, R. - Der brasilianische Mittelwesten - Wirtschafts und Sozialgeographischer Wandel eines Peripheren Agrarraumes. Tübingen: Selbstverlag des Geographischen Institut der Universität Tübingen. 1993. 305s.

DELORENZO NETO, A. - A Evolução do Municipalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revista do Serviço Público - IBGE. v.1. 1957. p.76-94.

DÓRIA, O. R. - Município: O Poder Local. São Paulo: Ed. Página Aberta. 1992. 88p.

FERREIRA, P. - Comentários à Constituição Brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva. 1989. 7vol.

FRANCO SOBRINHO, M. O. - Município e Municipalização. Rio de Janeiro: Revista do Serviço Público - IBGE. v.27. n.3. p.78-117.

FRANCO SOBRINHO, M.O. - Manual dos Municípios: Município e Municipalização. São Paulo: Resenha Universitária. 1975. 635p.

GONÇALVES, M.F.R. - Municípios no Brasil. Rio de Janeiro: IBAM. Texto de Administração Municipal IBAM/ENSUR, 5. 1989.

IBGE - GEOGRAFIA DO BRASIL. Volume 3. Rio de Janeiro. 1991. p.255-271.

IBGE - ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS. Rio de Janeiro. 1957.

KOHLHEPP, G. - Impactos Regionais de "Grandes Projetos" e Possibilidades de Reorganização do Espaço na Periferia Amazônica. In: L. Aragon (Org.), A Desordem Ecológica na Amazônia. 1992. p .253-269.

KOHLHEPP, G. - Raum und Bevölkerung - In: Brasilien Heute: Politik, Wirtschaft, Kultur. Dietrich Brisemeister (Hrsg). Frankfurt am Main: Vervuert. 1994. 664s.

KRONENBERGER, A.J. e AGUIAR, P.R.M. - Constituições estaduais, 1989

LIMA, Z. S. O Município no Federalismo Brasileiro: a Modernização do Estado e a Subordinação da Instituição Municipal (1964 - 1984) - Belo Horizonte. 1986.

MACHADO, L. O. - Urbanização e Política de Integração do Norte de Goiás, Rio de Janeiro. 1979. 189p. (tese de mestrado).

MACHADO, L. O. - Urbanização e Migração na Amazônia Legal: Sugestões para abordagem Geo-política. In: Boletim Carioca de Geografia. AGB/RJ ano XXXII, 1982.

MACHADO, L. O. - Significado e Configuração de uma Fronteira Urbana na Amazônia. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 4, São Paulo, 1984. Anais. São Paulo. AGB, 1984.

MACHADO, L. O. - A Amazônia como exemplo de uma combinação Geoestratégica e Cronoestratégica, Tübingen Geographische Studien. 1987.

MACHADO, L. O. - Mítos e Realidades da Amazônia Brasileira no Contexto Geopolítico Internacional (1540 - 1912). Tese de Doutorado. 1989.

MACHADO, L. O. - Divisão Territorial e Propriedade da Terra. Encontro Nacional de Geografia Agrária, Teresópolis, 1990. Anais. Teresópolis. UFRJ/Departamento de Geografia, 1990.

MACHADO, L. O. - A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro. IBGE
- Revista Brasileira de Geografia, 54 (2), 1992.

MACHADO, L.O. - Sistemas "Longe do Equilíbrio" e Restruturação Espacial na
Amazônia. 1995.

MAGALHÃES FILHO, F. - Grnades Projetos na Amazônia. In: COSTA, J.M.M. (org.)
- Os Grandes Projetos na Amazônia: Impactos e Pespectivas. Belém: UFPa. NAEA.
1987. 168p.

MARTINE, G. - Os Impactos Sociais e Ambientais dos Grandes Projetos na Amazônia.
In: L. Arajon (Org.): A Desordem Ecológica na Amazônia, UNAMAZ, Belém.

MARTINS, J.S. - Frente Pioneira Contribuição para uma Caracterização Sociológica. In:
Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Ed. Pioneira.

MEIRELES, H. L. - Direito Municipal Brasileiro. 5ª edição atualizada - São Paulo. Ed.
Revista dos Tribunais, 1985.

MELLO, D. L. - O Município na Organização Nacional; bases para uma reforma do
regime municipal brasileiro. Rio de Janeiro, IBAM, 1971.

MELO, D. L. - A Multiplicação dos Municípios no Brasil - In: Ram 203 - Ano XXXIX
1992.

NETO, B. M. - Fortalecimento dos Municípios e o Problema do seu Fracionamento.
RBM, Rio de Janeiro. IBGE. 1956.

NEVES, E. R. - O Município e a Constituição Federal. Comentários. Belém,
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 1983.

NORONHA, R. - Movimentos de Emancipação municipal no Brasil: Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985. Rio de Janeiro: UFRJ. Monografia. 1993. 76p.

OLIVEIRA, R. R. - Organização Municipal Brasileira. RBM, Rio de Janeiro: IBGE. 1962.

RANGEL, L.C.B. - Constituição Federal e Constituições Estaduais. Brasília: Senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 3ª edição. 1984. 4-vol.

RIBEIRO, M.A.C. - Considerações sobre a Organização Industrial da Amazônia. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia - IBGE. 54(3): 1992. p.27-46.

SINGER, P. - Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª edição 1973, 11ª 1987. 152p.

TAVARES, M.G.C. - O Município no Pará: A Dinâmica Territorial Municipal de São João do Araguaia - PA. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 1992.

ULYSSEÁ, P.P. - O Governo Federal e o Fortalecimento dos Municípios. Rio de Janeiro: Revista de Administração Municipal - IBAM, 169. 1983. p.58-63.

ANEXO 1

LISTA DE MUNICÍPIOS EXISTENTES EM 1995 NA AMAZÔNIA LEGAL, POR
ESTADO E ANO DE INSTALAÇÃO

Municípios existentes nos estados em 1995 e respectivos anos de instalação	ANO
ACRE	
Acrelândia	1993
Assis Brasil	1977
Brasileia	1939
Bujari	1993
Capixaba	1993
Cruzeiro do Sul	1904
Epitaciolândia	1993
Feijó	1939
Jordão	1993
Mâncio Lima	1977
Manuel Urbano	1977
Marechal Taumaturgo	1993
Plácido de Castro	1977
Porto Acre	1993
Porto Walter	1993
Rio Branco	1904
Rodrigues Alves	1993
Santa Rosa do Purus	1993
Sena Madureira	1904
Senador Guiomard	1977
Tarauacá	1913
Xapuri	1913
AMAPÁ	
Amapá	1901
Amapari	1993
Calçoene	1956
Cutias	1993
Ferreira Gomes	1989
Itaubal	1993
Laranjal do Jari	1989
Macapá	1752
Mazagão	1770
Oiapoque	1941
Porto Grande	1993
Praciúba	1993
Santana	1989
Serra do Navio	1993
Tatarugalzinho	1989
AMAZONAS	
Alvares	1983
Amaturá	1983
Anamá	1983
Anori	1957
Apuí	1989
Atalaia do Norte	1956
Autazes	1956

Barcelos	
Barreirinha	1881
Benjamin Constant	1904
Beruri	1983
Boa Vista de Ramos	1983
Boca do Acre	1897
Borba	1857
Caapiranga	1983
Canutama	1891
Carauari	1911
Careiro	1955
Careiro da Varzea	1989
Coari	1874
Codajás	1874
Eirunepé	1892
Envira	1955
Fonte Boa	1891
Guajará	1989
Humaitá	1891
Ipixuna	1955
Iranduba	1983
Icacoatiara	1857
Itamarati	1983
Itapiranga	1852
Japurá	1956
Jurua	1956
Jutaí	1956
Lábrea	1886
Manacapuru	1894
Manaquin	1983
Manaus	1892
Manicoré	1877
Maraã	1850
Maués	1833
Nhamundá	1956
Nova Olinda do Norte	1956
Novo Airão	1955
Novo Aripuanã	1956
Parintins	1858
Pauíni	1956
Presidente Figueiredo	1983
Rio Preto da Eva	1983
Santa Isabel do Rio Negro	1957
Santo Antônio do Içá	1956
São Gabriel da Cachoeira	1891
São Paulo de Olivença	1884
São Sebastião de Uatamã	1983
Silves	1957
Tabatinga	1983
Tapauá	1956
Tefé	1759
Tonantins	1983
Uarini	1983
Urucará	1935
Urucurituba	1898

MARANHÃO	
Açailândia	1983
Alcântara	1648
Altamira do Maranhão	1962
Alto Parnaíba	1881
Amarante do Maranhão	1954
Anajatuba	1935
Arame	1989
Ariari	1938
Axixá	1935
Bacabal	1920
Bacuri	1962
Balsas	1893
Barra do Corda	1854
Benedito Leite	1938
Bequimão	1935
Bom Jardim	1967
Buriti Bravo	1928
Cajapió	1935
Cajari	1949
Cândido Mendes	1948
Cantanhede	1953
Caroatã	1846
Carolina	1883
Carutapera	1935
Caxias	1813
Cedral	1965
Codó	1953
Colinas	1872
Cururupu	1842
Dom Pedro	1953
Esperantinópolis	1954
Estreito	1982
Fortaleza dos Nogueiras	1961
Fortuna	1962
Godofredo Viana	1965
Gonçalves Dias	1959
Governador Archer	1961
Governador Eugênio Barros	1962
Graça Aranha	1962
Grajaú	1835
Guimarães	1758
Icatu	1688
Igarapé Grande	1962
Imperatriz	1872
Itapecuru Mirim	1870
João Lisboa	1961
Joselândia	1963
Lago da Pedra	1953
Lago do Junco	1961
Lago Verde	1962
Lima Campos	1962
Loreto	1873

Luis Domingues	1962
Matinha	1949
Mirador	1860
Miranda do Norte	1989
Mirinzal	1962
Monção	1859
Montes Altos	1959
Morros	1915
Nova Iorque	1890
Olho d'agua das Cunhãs	1961
Paço do Lumiar	1961
Palmeirândia	1962
Paraibano	1953
Pastos Bons	1820
Paulo Ramos	1970
Pedreiras	1890
Penalva	1955
Peri-Mirim	1919
Pindaré-Mirim	1923
Pinheiro	1856
Pio XII	1959
Pirapemas	1953
Poção de Pedras	1962
Porto Franco	1920
Presidente Dutra	1944
Presidente Juscelino	1964
Presidente Vargas	1965
Riachão	1835
Rosário	1833
Sambaíba	1954
Santa Helena	1838
Santa Inês	1967
Santa Luzia	1961
Santa Luzia do Paruá	1989
Santa Rita	1962
Santo Antônio do Lopes	1962
São Bento	1833
São Domingos do Maranhão	1953
São Felix de Balsas	1961
São João Batista	1958
São José de Ribamar	1949
São Luiz	antes 1945
São Luiz Gonzaga do Maranhão	1854
São Mateus do Maranhão	1962
São Raimundo das Mangabeiras	1949
São Vicente Ferrer	1864
Sítio Novo	1961
Sucupira da Norte	1962
Tasso Fragoso	1962
Timbiras	1920
Tuntum	1955
Turiação	1834
Vargem Grande	1935
Viana	1759
Vitória do Mearim	1833

Vitorino Fraire	1953
Zé Doca	1989
MATO GROSSO	
Acorizal	1954
Água Boa	1983
Alta Floresta	1981
Alto Araguaia	1938
Alto da Boa Vista	1993
Alto Garças	1955
Alto Paraguai	1954
Alto Taquari	1986
Apiacás	1989
Araguaiãna	1988
Araguainha	1964
Araputanga	1981
Arenópolis	1955
Aripuanã	1943
Barão Melgaço	1955
Barra do Bugres	1944
Barra do Garças	1948
Brasnorte	1989
Cáceres	1859
Campinápolis	1986
Campo Novo do Parecis	1989
Campo Verde	1989
Cana Brava do Norte	1993
Canarana	1981
Castanheira	1989
Chapada dos Guimarães	1955
Cláudia	1989
Cocalinho	1986
Colider	1981
Comodoro	1986
Confresa	1993
Cotriguaçu	1993
Cuiabá	1727
Denise	1983
Diamantino	1906
Dom Aquino	1965
Figueirópolis D'Oeste	1986
General Carneiro	1964
Glória D'Oeste	1993
Guarantã do Norte	1986
Guiratinga	1922
Indivaí	1986
Itauba	1986
Itiquira	1955
Jaciara	1963
Jangada	1989
Jauru	1981
Juara	1981
Juína	1983

Juruena	1989
Juscimeira	1981
Lambari D'Oeste	1993
Lucas do Rio Verde	1989
Luciara	1964
Marcelândia	1986
Matupá	1989
Mirassol D'Oeste	1976
Nobres	1965
Nortelândia	1955
Nossa Senhora do Livramento	1883
Nova Bandeirantes	1993
Nova Brasilândia	1981
Nova Canaã do Norte	1986
Nova Guarita	1993
Nova Marilândia	1993
Nova Maringá	1993
Nova Monte Verde	1993
Nova Mutum	1989
Nova Olímpia	1987
Nova São Joaquim	1986
Nova Xavantina	1981
Novo Horizonte do Norte	1981
Paranaita	1987
Paranatinga	1981
Pedra Preta	1976
Peixoto Azevedo	1986
Planalto da Serra	1993
Poconé	1883
Pontal do Araguaia	1993
Ponte Branca	1954
Pontes e Lacerda	1981
Porto Alegre do Norte	1986
Porto dos Gaúchos	1965
Porto Esperidião	1986
Porto Estrela	1993
Poxoréu	1939
Primavera do Leste	1986
Querência	1993
Reserva do Cabaçal	1986
Ribeirão Cascalheira	1989
Ribeirãozinho	1993
Rio Branco	1981
Rondonópolis	1954
Rosário Oeste	1865
Salto do Céu	1981
Santa Carmem	1993
Santa Terezinha	1981
Santo Afonso	1993
Santo Antonio Leverger	1900
São Felix do Araguaia	1976
São José do Rio Claro	1981
São José do Povo	1993
São José do Xingu	
São José dos Quatro Marcos	1981

São Pedro da Cipa	1993
Sinop	1980
Somiso	1987
Tabaporã	1993
Tangará da Serra	1976
Tapurah	1989
Terra Nova do Norte	1986
Tesouro	1955
Torixoreu	1954
Varzea Grande	1948
Vera	1986
Vila Bela Da Santíssima Trindade	1752
Vila Rica	1986
PARÁ	
Acará	1875
Afuá	1890
Água Azul do Norte	1993
Alenquer	1849
Almerim	1930
Altamira	1912
Anajás	1869
Ananindeua	1944
Augusto Corrêa	1962
Aurora do Pará	1993
Aveiro	1962
Bagre	1962
Baião	1833
Barcarena	1944
Belém	1616
Benevides	1962
Bom Jesus do Tocantins	1989
Bonito	1962
Bragança	1864
Brasil Novo	1993
Brejo Grande do Araguaia	1989
Breu Branco	1993
Breves	1851
Bujaru	1944
Cachoeira do Arari	1883
Cametá	1839
Capanema	1902
Capitão Poço	1962
Castanhal	1932
Chaves	1758
Colares	1962
Conceição do Araguaia	1909
Concórdia do Pará	1989
Cumarú do Norte	1993
Curionópolis	1989
Curralinho	1867
Curuça	1758
Dom Eliseu	1989

El Dorado de Carajás	1993
Faro	1758
Garrafão do Norte	1989
Goianésia do Pará	1993
Gurupá	1639
Igarapé-Açu	1907
Igarapé-Mirim	1843
Inhangapi	1943
Ipixuna	1993
Irituia	1847
Itaituba	1856
Itupiranga	1948
Jacareacanga	1993
Jacundá	1962
Juruti	1883
Limoeiro do Ajuru	1962
Mãe do Rio	1989
Magalhães Barata	1962
Marabá	1913
Maracanã	1757
Marapanim	1931
Medicilândia	1989
Melgaço	1962
Mocajuba	1872
Moju	1938
Monte Alegre	1758
Muanã	1834
Nova Esperança do Riria	1993
Nova Timboteua	1944
Novo Progresso	1993
Novo Repartimento	1993
Obidos	1758
Oeiras do Pará	1758
Oriximina	1934
Ourém	1752
Ourilândia do Norte	1989
Pacajá	1989
Palestina do Pará	1993
Paragominas	1965
Parauapebas	1989
Pau D'Arco	1993
Peixe Boi	1962
Ponta de Pedras	1878
Portel	1758
Porto de Moz	1937
Prainha	1879
Primavera	1962
Redenção	1983
Rio Maria	1983
Rondon do Pará	1983
Rurópolis	1989
Salinópolis	1693
Salva Terra	1962
Santa Barbara do Pará	1993
Santa Cruz do Arari	1962

Santa Isabel do Pará	1934
Santa Luiza do Pará	1993
Santa Maria das Barreiras	1989
Santa Maria do Pará	1962
Santana do Araguaia	1962
Santarém	1829
Santarém Novo	1962
Santo Antonio do Tauá	1962
São Caetano de Odivelas	1872
São Domingos do Araguaia	1993
São Domingos do Capim	1891
São Felix do Xingu	1962
São Francisco do Pará	1944
São Geraldo do Araguaia	1989
São João de Pirabas	1989
São João do Araguaia	1962
São Miguel do Guamã	1874
São Sebastião da Boa Vista	1872
Senador José Porfírio	1962
Soure	1859
Tailândia	1989
Terra Alta	1993
Terra Santa	1993
Tome-Açu	1955
Trairão	1993
Tucumã	1989
Tucuruí	1948
Ulianópolis	1993
Uruarã	1989
Vigia	1854
Viseu	1856
Vitória do Xingu	1993
Xinguará	1983
Abaetetuba	1881
Abel figueiredo	1993
TOCANTINS	
Abreulândia	1993
Aliança do Tocantins	1989
Almas	1959
Alvorada	1964
Ananás	1964
Angico	1993
Aparecida do Rio Negro	1989
Aragominas	1993
Araguacema	1938
Araguaçu	1959
Araguaina	1959
Araguanã	1993
Araguantins	1949
Arapoema	1964
Arraias	1834
Augustinópolis	1983

Aurora do Tocantins	1964
Axixá do Tocantins	1964
Babaçualândia	1954
Barrolândia	1989
Bernardo Sayão	1989
Bom Jesus do Tocantins	1993
Brasilândia do Tocantins	1993
Brejinho de Nazaré	1959
Buriti de Tocantins	1989
Cachoeirinha	1993
Campos Lindos	1993
Carmolândia	1993
Carrasco Bonito	1993
Carriri do Tocantins	1993
Caseara	1989
Centenário	1993
Colinas do Tocantins	1964
Colmeia	1964
Combinado	1989
Conceição do Tocantins	1964
Couto Magalhães	1964
Cristalândia	1954
Darcinópolis	1993
Dianópolis	1885
Divinópolis do Tocantins	1989
Dois Irmãos do Tocantins	1964
Dueré	1959
Esperantina	1993
Fátima	1983
Figueirópolis	1983
Filadélfia	1949
Formoso do Araguaia	
Fortaleza de Tabacão	1993
Goianorte	1989
Goiatins	1954
Guaraí	1954
Gurupi	1959
Itacajá	1954
Itaguatins	1945
Itapirantins	1993
Itaporã do Tocantins	1964
Jaú do Tocantins	1993
Juarina	1993
Lagoa da Confusão	1993
Lagoa do Tocantins	1993
Lajeado	1993
Lizarda	1954
Marianópolis do Tocantins	1989
Marilândia do Tocantins	1993
Mateiros Nova Olinda	1993
Miracema do Tocantins	1949
Miranorte	1964
Monte do Carmo	1964
Mosquito	1993
Muricilândia	1993

Natividade	1831
Nazaré	1959
Nova Olinda	1983
Nova Rosalândia	1989
Novo Acôrd	
Novo Alegre	1993
Novo Jardim	1993
Palmas	1990
Palmeirante	1993
Palmeirópolis	1983
Paraíso do Tocantins	1964
Paraná	1815
Pau D'Arco	1993
Pedro Afonso	1937
Peixe	1895
Pequiseiro	1989
Pindorama do Tocantins	1964
Piraque	1993
Pium	1954
Ponte Alta do Bom Jesus	1959
Ponte Alta do Tocantins	1959
Porto Alegre do Tocantins	1989
Porto Nacional	1831
Praia Norte	1989
Presidente Kennedy	1938
Recursolândia	1993
Riachinho	1993
Rio da Conceição	1993
Rio dos Bois	1993
Rio Sono	1983
Sampaio	1989
Sandolândia	1993
Santa Fé do Araguaia	1993
Santa Maria do Tocantins	1993
Santa Rosa do Tocantins	1989
Santa Tereza do Tocantins	1989
São Bento do Tocantins	1993
São Felix do Tocantins	1993
São Miguel do Tocantins	1993
São Salvador do Tocantins	1993
São Sebastião do Tocantins	1964
São Velério da Natividade	1989
Silvanópolis	1983
Sítio Novo do Tocantins	1964
Sucupira	1993
Taguatinga	1872
Taipas do Tocantins	1993
Tocantínia	1954
Tocantinópolis	1936
Tupirantins	1993
Wanderlândia	1983
Xambioá	1959

RORAIMA	
Boa Vista	
Bonfim	1982
Caracarái	1956
Mucajaráí	1982
Normandia	1982
São João da Baliza	1982
São Luiz	1982
Alto Alegre	1982